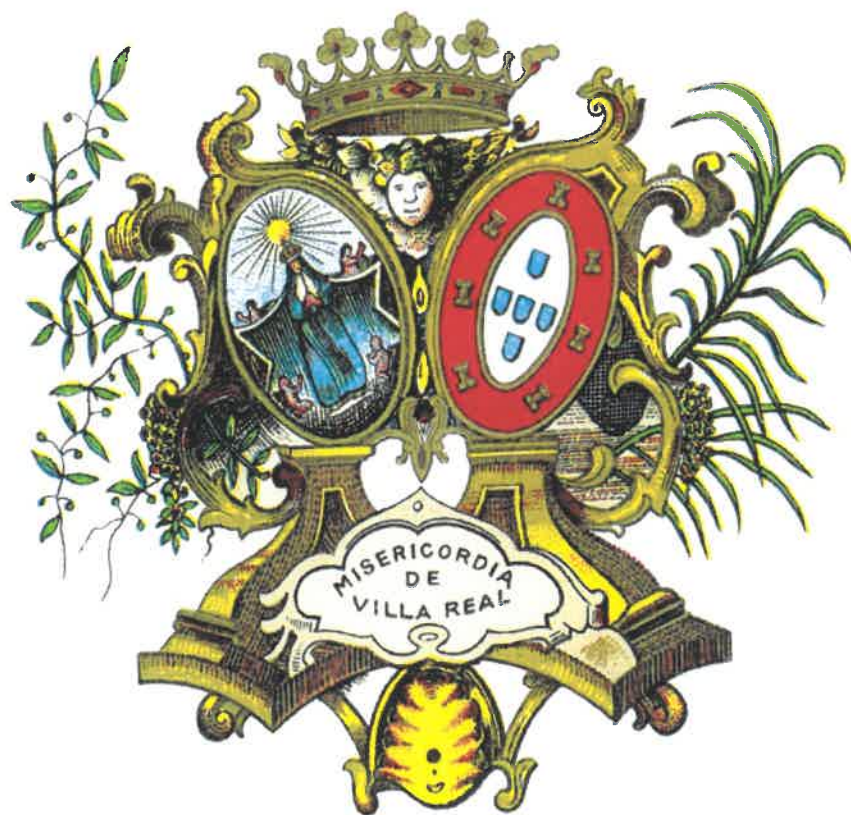


# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2022







## Índice

1. Introdução.....	4
1.1 Corpos Sociais.....	6
1.2 Organograma Institucional.....	7
2. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	8
2 Visão Global da nossa Atividade.....	10
2.1 Principal.....	10
2.2 Atividades complementares/Serviços partilhados entre as valências.....	11
2.3 Análise e acompanhamento detalhado por Resposta Social.....	12
2.3.1 Infância e Juventude.....	12
2.3.2.2- ERPI Lar Hotel – Lar não Protocolado.....	16
2.3.2.3. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.....	18
2.3.3 SAÚDE - Unidade de Cuidados Continuados Integrados – UCCI.....	19
2.3.4 Programa de Emergência Alimentar.....	22
2.3.5 Património.....	23
2.3.6 Património Religioso.....	25
2.4 Recursos Humanos.....	25
2.5 Proteção de Dados e Canal de Denúncia.....	26
2.6 Posição global da Instituição.....	27
3. CONTAS.....	28
3.2 Enquadramento.....	29
3.2 Análise da Estrutura de Rendimentos e Gastos.....	35
3.2.2 Estrutura de Gastos.....	39
3.3Autonomia Financeira e Endividamento.....	43
3.4 Análise Economico_financeira.....	44
3.4.2 Proposta de Aplicação de Resultados.....	44
3.4.3 Evolução Previsível da Instituição.....	45
3.4.4 Gestão de Riscos Financeiros.....	45
3.5 Considerações finais.....	46
V ANEXO À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERIODO DE 2022.....	48
VI RELATÓRIOS SECTORIAIS.....	49
Visita às nossas Obras Sociais.....	49
6.1.1 Creche.....	50
6.1.2 Pré-Escolar.....	53



Nível de Ensino Frequentado dos Utentes em Acolhimento Residencial .....	58
Dados Estatísticos das Entradas em Acolhimento Residencial no Ano de 2022 .....	58
Dados Estatísticos das Saídas de Acolhimento Residencial no Ano de 2022 .....	60
Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção .....	60
6.1.4 Centro de Apoio à Vida .....	61
6.2 Terceira Idade .....	64
6.3.1 Serviços de Apoio Domiciliário .....	69
6.4 Saúde .....	73
6.5 Família e Comunidade .....	74
Agradecimentos .....	76



## 1. Introdução

A novembro de 2021, quando apresentávamos o Plano de Atividades, escrevíamos: “vamos, então, preparar-nos para o próximo ano com melhores perspectivas - incertas - pela distância; cultivamos, no entanto, a esperança, planeando (porque não é proibido planear, muito menos sonhar) o que é indispensável, primeiro, o que é necessário, depois, o que é possível (desejável) por fim.”

No dia da sua apresentação à Irmandade, os poucos irmãos, presentes em Assembleia Geral, compreenderam a nossa posição perante um futuro incerto, confiaram nas nossas planificações e aprovaram o Plano de Atividades e Orçamento, com 4 abstenções dos que, assim, sempre acertam. E janeiro de 2022 chegou. Lembrámo-nos que era o último de mandato destes Órgãos Sociais? Lembrou sim, mas não condicionou a nossa atuação. Nunca trabalhámos para a plateia ... dedicámo-nos ao nosso dever, focados no horizonte, mas superando as necessidades do presente.

Que era, até, animador ... a inteligência humana, desafiada pelo novo vírus, espicaçada pela urgência, criara uma vacina.... e o SARs Cov2....ia amainando.

Respirava-se tranquilidade, curavam-se as feridas ... abriam-se portas ao convívio...enfim...íamos recomeçar!

Eis senão quando, lá para uns vinte e tantos de fevereiro...acontece o que se julgava nunca mais acontecer...a guerra!

O sonho de um mundo sem fronteiras.... de uma paz universal...desfazia-se... qual bola de sabão, numa brincadeira de crianças. E vieram, pouco a pouco, os efeitos devastadores ... escassez de bens, subida de preços, a inflação, por aumento dos preços de produção, provocado pela subida dos produtos energéticos.

E cá dentro, neste Portugal? Subida desproporcionada do ordenado mínimo (necessário para quem trabalha, mas exagerado para o terceiro setor; atualização dos preços dos produtos essenciais, por parte dos fornecedores, etc....

E quando se vivia a custo.... os termos das negociações das IPSS com os sindicatos ... obrigariam a mais atualizações de salários. A legislação laboral - sempre a favor ao trabalhador- dá-lhes mais regalias, quanto a horas de serviço e quanto a folgas, tornando, difícil organizar horários de trabalho em favor de quem precisa de assistência contínua, dia e noite. A meta de baixar o défice final.... **desvaneceu-se!!!**

E, impávido, o governo desta república, assiste, insensível, ao afundar-se deste naufrago.... o setor social, que lhe tem garantido o alojamento e a alimentação dos mais frágeis da sociedade: os



idosos, e os doentes pobres, dando-nos umas migalhas: os 33,72% dos acordos de cooperação; vigiando-nos, através da Autoridade para as Condições de Trabalho, das técnicas da Segurança Social, sobrecarregando de inspeções (ditas, eufemisticamente, de ações de acompanhamento), e descontando, ainda, do pouco que lhes dá, as coimas....

Ao mesmo tempo, não deve ser ignorado o efeito desgastante de dois exercícios consecutivos com impactos severos nas nossas conhecidas fragilidades económicas e financeiras.

Não seria expectável, por tudo isto, que o exercício de 2022, neste contexto, recuperasse a trajetória de anos anteriores à pandemia, a não ser através do recurso a rendimentos extraordinários.

Enfim, mas vamos analisar as nossas valências, o seu funcionamento e os consequentes gastos...pois que nada se faz de graça! Excetuando-se os mesários que, verdadeiros voluntários, não gastam nada da nossa Misericórdia, acompanhando de perto, ou por comunicações telefónicas, quando, a seguem à distância.

Podemos classificar os anos, que leva este século, coincidentes, quase, com os nossos mandatos, como um dilúvio de desgraças, de crises em catadupa: a troika..... o Covid.....a guerra!



## 1.1 Corpos Sociais

### Mesa da Assembleia-geral

Presidente:	Pedro Chagas Ramos
1º Secretário:	Joaquim do Cabo Sabino
2º Secretário:	Eduardo Baptista da Silva

### Conselho Fiscal / Definitório

Presidente:	José Rogério Pereira Fernandes
Vice-Presidente:	Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira
Secretário Relator:	Agostinho Mourão Quintelas

### Mesa Administrativa

Provedor:	Padre José Joaquim Dias Gomes
Vice-Provedor:	Vítor Manuel Gonçalves dos Santos
Secretário:	Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino <sup>1</sup>
Secretário:	Jorge Armando Pinto Montenegro Machado
Tesoureiro:	Manuel Luís Pereira Oliveira Brochado
1.º Vogal:	Maria Valentina Machado Taveira Campos
2.º Vogal:	Carlos Eduardo de Sousa Teixeira

1) Renunciou ao cargo a 11/02/2023, sendo substituído pelo Vogal, Jorge Armando Pinto Montenegro Machado.

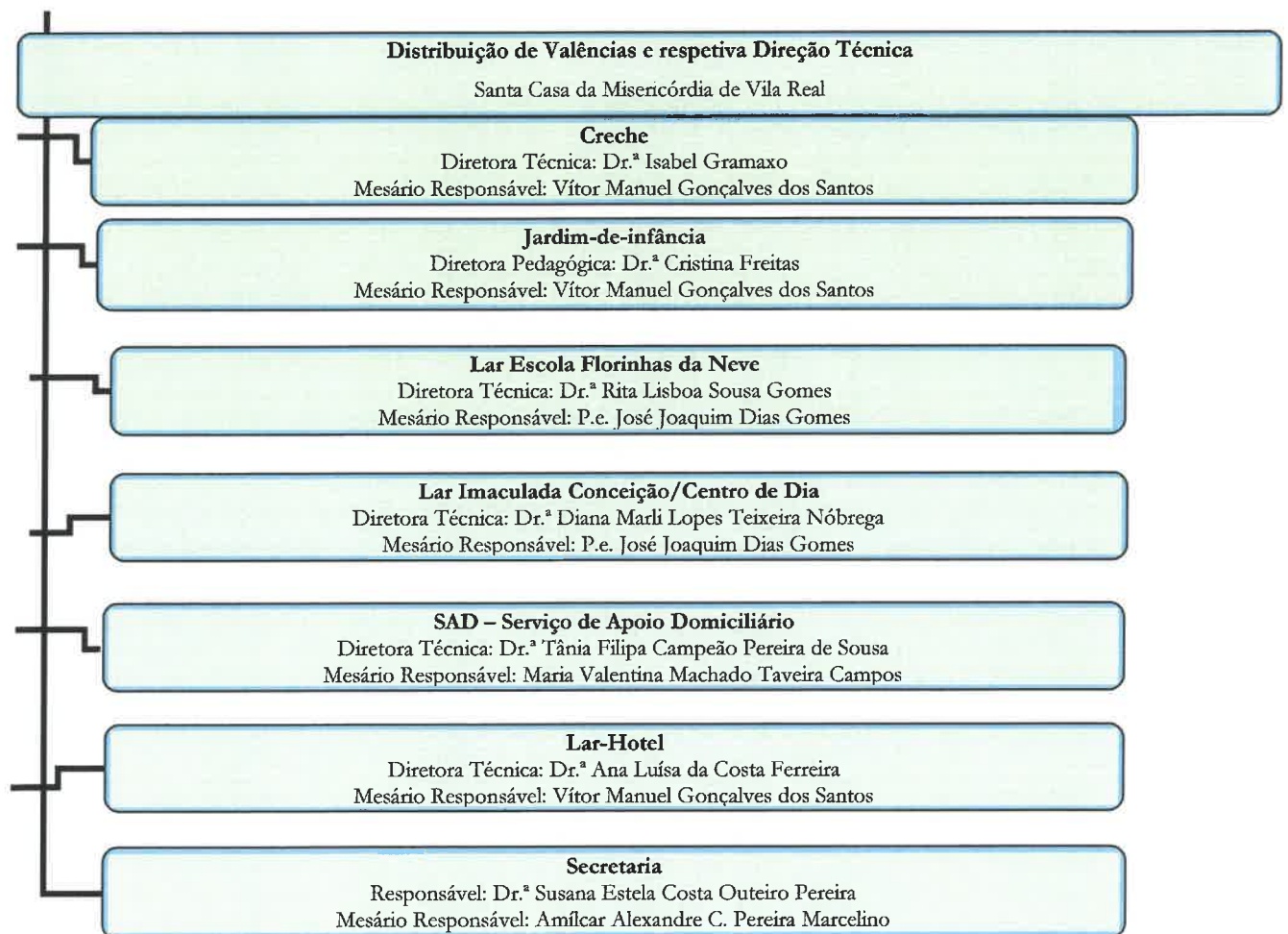






## 1.2 Organograma Institucional

Aprovado pela Mesa Administrativa, adequando à realidade organizacional da Instituição, atendendo sobretudo à estratégia organizacional prevista no Plano de Atividades para o exercício de 2022.







## 2. RELATÓRIO DE GESTÃO





## 2. Relatório de Atividades e Gestão

### O nosso Objeto Social

	Nº Médio de Utentes por dia	Nº médio de colaboradores ao Serviço Mensalmente
Intervenção Social	433	177
Atividades Complementares (pág. 11)	—	23
	<b>433</b>	<b>200</b>

### Missão, Visão e Valores

- **Missão** | Atuar de forma concertada e integrada na comunidade local, contribuindo ativamente para a melhoria das condições de vida da população, prestando, criando e desenvolvendo serviços na área social adequados às suas necessidades, valorizando a individualidade, promovendo a solidariedade e privilegiando a dignidade humana.
- **Visão** | Ser uma instituição de referência, reconhecida pelos seus serviços de excelência, diferenciadores pela proximidade e inovação, dirigidos a qualquer etapa do ser Humano, tendo como meta orientadora a prestação de serviços centrados na satisfação da pessoa, no respeito pela sua individualidade, num ambiente personalizado e humanizado.



## 2 Visão Global da nossa Atividade

### 2.1 Principal

Valências	Utentes Abrangidos pelo Acordo	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal Por utente	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>								
CRECHE	121	123	39	Sim	501,12 €	493,21 €	-7,91 €	328,12 €
JARDIM-DE-INFÂNCIA	75	75	12	Sim	533,83 €	384,49 €	-149,34 €	175,23 €
FLORINHAS	42	34	17	Sim	1.405,52 €	1.250,47 €	-155,05 €	854,67 €
CENTRO DE APOIO À VIDA	10	3	4	Sim	2.300,59 €	1.657,81 €	-642,77 €	623,32 €
Valências Abrangidos pelo Acordo	Utentes Abrangidos pelo Acordo	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
<b>TERCEIRA IDADE</b>								
LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	58	66	38	Sim	1.466,73 €	1.119,99 €	-346,74 €	515,16 €
LAR HOTEL	—	29	27	Sim	2.315,05 €	1.699,27 €	-615,78 €	—
Valências Protocoladas	Camas Protocoladas	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal	Diferencial	Valor Atribuído Utentes/mês
<b>SAÚDE - Taxa Média de Ocupação em 2022 - 93,82%</b>								
UCCI	27	27	28	Protocolo Cooperação	3.518,72 €	2.963,56 €	-555,16 €	—
Valências Abrangidos	Utentes Abrangidos	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
FAMÍLIA E COMUNIDADE	59	55	11	Sim	0,00 €	0,00 €	0,00 €	350,52 €
APOIO DOMICILIÁRIO	—	—	—	—	—	—	—	—
CANTINA SOCIAL	21	21	1	Protocolo Cooperação	—	—	—	2,5€/refeição



## 2.2 Atividades complementares/Serviços partilhados entre as valências

*ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Nº MÉDIO DE COLABORADORES AFETOS
SOM - Serviço de Obras e Manutenção	1
PATRIMÓNIO	1
LAVANDARIA	6
COZINHA	8
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6
	22

Completa-se a informação, acrescentando que a Cozinha Central e Lavandaria Geral, empregaram cerca de 14 colaboradoras e produziram os seguintes serviços:

Cozinha Geral	Nº de refeições confeccionadas- 2022	Nº de refeições confeccionadas- 2021
	175.253	167.930
Lavandaria	Kg de roupa entregues- média 2022	Kg de roupa entregues- 2021
	64.764	51.376

Mas, para além da Cozinha Geral, , há, ainda, outras mais restritas: a do Lar Hotel, fornece refeições para a Unidade de Cuidados Continuados Integrados, e os colaboradores afetos aos Serviços Administrativos; e a cozinha da Creche fornece refeições aos utentes da Resposta Social Jardim de Infância (Pré-Escolar).

Serviços Partilhados	Nº de refeições confeccionadas- 2022	Nº de refeições confeccionadas- 2021
Cozinha Lar Hotel	92.460	75.396
Cozinha - Creche	79.306	72.570
<b>Total</b>	<b>171.766</b>	<b>147.966</b>



## 2.3 Análise e acompanhamento detalhado por Resposta Social

### 2.3.1 Infância e Juventude

Dizíamos, no Plano para 2022, estar perplexos em relação ao futuro, quer quanto às Creches, quer quanto ao Pré-Escolar.

RENDIMENTOS E GASTOS	Creche	Jardim de Infância	Escola Donas de Casa	CAV - "Centro de Apoio à Vida"	2022	2021
Vendas e serviços prestados	144.056,17	106.721,44	1.512,02	457,95	252.747,58	263.011,23
Custo das vendas e dos serviços prestados	-36.081,50	-3.495,84	-18.690,92	-928,84	-59.197,10	-60.638,47
<b>Resultado Bruto</b>	<b>107.974,67</b>	<b>103.225,60</b>	<b>-17.178,90</b>	<b>-470,89</b>	<b>193.550,48</b>	<b>202.372,76</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	512.157,64	232.110,17	484.269,30	77.854,86	1.306.391,97	1.250.537,09
Outros Rendimentos	71.753,02	7.201,82	24.401,99	1.250,37	104.607,20	85.480,47
Fornecimentos e serviços externos	-77.223,11	-121.808,55	-177.965,90	-20.632,35	-397.629,91	-376.903,73
Gastos com o Pessoal	-610.447,73	-332.482,22	-332.102,23	-80.321,31	-1.355.353,49	-1.302.621,23
Gastos de depreciação e de amortização	-14.607,04	-16.728,53	-41.969,13	-7.962,40	-81.267,10	-84.278,24
Outros gastos	-1.283,05	-5.921,31	-2.716,46	-570,86	-10.491,68	-8.369,12
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-11.675,60</b>	<b>-134.403,02</b>	<b>-63.261,33</b>	<b>-30.852,58</b>	<b>-240.192,53</b>	<b>-233.782,00</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-17,88	-10,56	-8,89	-12,32	-49,65	-5,69
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	17,04	10,07	8,48	11,75	47,34	50,04
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-11.676,44</b>	<b>-134.403,51</b>	<b>-63.261,74</b>	<b>-30.853,15</b>	<b>-240.194,84</b>	<b>-233.737,65</b>

Nº Médio de utentes 2022	75	34	4
Rendimentos	727.983,87 €	346.043,50 €	510.191,79 €
Gastos	-739.660,31 €	-480.447,01 €	-573.453,53 €
	-11.676,44 €	-134.403,51 €	-63.261,74 €
<b>Custo médio por utente</b>	<b>501,12 €</b>	<b>533,83 €</b>	<b>1.405,52 €</b>
<b>Rendimento Médio Por Utente</b>	<b>493,21 €</b>	<b>384,49 €</b>	<b>1.250,47 €</b>





### 2.3.1.1– Creche

#### Capacidade instalada:

- 123 utentes, das quais 121 são abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

#### Considerações mais relevantes :

Chegou a gratuidade a partir de 01/09/2022, para crianças nascidas a 01/09/2021, à custa de quem presta a assistência, porque 460,00€/mês não cobrem as despesas, se quisermos prestar um bom serviço. E nós queremos, quer em recursos humanos, quer em instalações, quer em cuidados pessoais.

Mas, entretanto, as outras famílias não abrangidas por aquela medida, são de fracos recursos, e, portanto, de mensalidades baixas. Não nos esqueçamos: somos procurados, principalmente, pelos pobres ou remediados.

Por isso será aceitável o prejuízo. Será aceitável?

### 2.3.1.2 - Pré-escolar

#### Capacidade instalada:

Atualmente, funciona apenas com 75 utentes, abrangidos por Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

#### Considerações mais relevantes:

Como prevíamos, está em regressão, só funcionámos com três salas. Em consequência, houve extinção de posto de trabalho, justificado pela falta de crianças, com as consequentes indemnizações.

A seguir, a habitual razão: as famílias de fracos recursos e, depois, o inesperado: a subida abrupta e desproporcionada das Educadoras de Infância, mais antigas, com mais de 400,00€/mês – cada uma.

Eis as razões do assustador resultado negativo.



### 2.3.1.3 – Lar Escola Florinhas da Neve

#### Capacidade instalada:

- 42 utentes, todas abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP. Mas no ano 2022, só atingimos as 34, tendo, no entanto, recebido pela totalidade, pois a frequência ficou sempre acima dos 65%.

#### Considerações mais relevantes:

Dada a complexidade desta Obra Social, há que olhar mais para o trabalho feito, o sacrifício de quem o faz, do que com os gastos registados no quadro supra.

### 2.3.1.4 – Centro de Apoio à Vida

#### Capacidade instalada:

- 10 utentes, todos são abrangidos por Acordo Atípico de Cooperação com o ISS, IP.

#### Considerações mais relevantes:

Desde o ano de 2020, ignorando as recomendações / exigências da Segurança Social, esta Valência continua instalada no edifício do Lar das Florinhas da Neve. Daí, alguns benefícios relativamente aos encargos, que haveria, se estivesse em sede própria.

Tratando-se de um acordo atípico, o contributo da Segurança Social, atualmente é sempre o mesmo, de 6.283,10 €, independentemente da frequência, embora o quadro de pessoal tenha de se manter quer em número e em especialidade. No entanto, funcionando no edifício referido, há uma entreaajuda entre o pessoal de uma ou outra Valência, de que resulta um menor gasto e uma eficiência maior. Por isso até se conseguiu dispensar uma colaboradora.



## 2.3.2 Terceira Idade

### Residenciais

A nossa atividade de Apoio aos seniores distribui-se por duas obras:

#### 2.3.2.1 – Lar protocolado. Imaculada Conceição – Quinta da Petisqueira

Inserido no complexo Quinta da Petisqueira, o Lar Imaculada Conceição, ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas iniciou a sua atividade em 1987, e é a estrutura residencial de maior dimensão e a mais antiga da nossa instituição.

#### Capacidade instalada:

- 66 pessoas, das quais 58 são abrangidas por Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

RENDIMENTOS E GASTOS	Periodo	
	Lar 3ª Idade Ano 2022	Lar 3ª Idade Ano 2021
Vendas e serviços prestados	462.197,21 €	425.440,37 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-35.137,68 €	-42.697,79 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>427.059,53 €</b>	<b>382.742,58 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	387.549,96 €	320.195,35 €
Outros Rendimentos	37.271,66 €	41.556,36 €
Fornecimentos e serviços externos	-526.271,54 €	-433.986,29 €
Gastos com o Pessoal	-541.248,19 €	-536.225,46 €
Gastos de depreciação e de amortização	-58.431,07 €	-58.397,42 €
Outros gastos	-548,00 €	-1.521,15 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-274.617,65 €</b>	<b>-285.636,03 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-11,83 €	-0,99 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	11,27 €	0,00 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-274.618,21 €</b>	<b>-285.637,02 €</b>
Nº Médio de utentes 2022	66	
Rendimentos	887.030,10 €	
Gastos	-1.161.648,31 €	
	-274.618,21 €	
Custo médio por utente	<b>1.466,73 €</b>	
Rendimento Médio Por Utente	1.119,99 €	



### Considerações mais relevantes:

Regista de novo, um saldo negativo, maior que do ano transato. A explicação básica reside nas fracas possibilidades económicas dos nossos utentes, normalmente proveniente da atividade agrícola e, portanto, com mais reduzido poder económico. Insuficiente, comprovadamente é o contributo da Segurança social. A diferença sobra para alguém, a Misericórdia.

Da análise dos gastos ressalta, claramente, a elevada carga salarial, este ano, ainda mais gravada. Se no ano anterior a explicação esteve no enorme volume de horas, que, sacrificadamente, as colaboradoras tiveram de dar (com equipas em espelho) este ano, o motivo está nos aumentos salariais, que não na admissão de mais colaboradoras. É, também, notório o aumento nos fornecimento de serviços externos, que se devem ao consumo de energia e bens alimentares.

### 2.3.2.2- ERPI Lar Hotel – Lar não Protocolado

Situado no edifício do antigo Hospital da Misericórdia, abriu no ano 2003 com uma estrutura de acolhimento para idosos.

#### Capacidade instalada:

- 30 utentes

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar Hotel	
	2022	2021
Vendas e serviços prestados	482.257,69	421.761,72
Custo das vendas e dos serviços prestados	-142.411,01	-116.186,25
<b>Resultado Bruto</b>	<b>339.846,68</b>	<b>305.575,47</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	5.120,74	501,04
Outros Rendimentos	103.957,36	122.396,23
Fornecimentos e serviços externos	-177.459,61	-116.195,94
Gastos com o Pessoal	-459.563,77	-427.403,16
Gastos de depreciação e de amortização	-24.979,46	-26.322,54
Outros gastos	-1.213,73	-271,30
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-214.291,79</b>	<b>-141.720,20</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-10,79	-0,22
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10,27	1,88
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-214.292,31</b>	<b>-141.718,54</b>

<b>Nº Utentes em 2022</b>	<b>29</b>
Rendimentos	591.346,06 €
Gastos	-805.638,37 €
	<b>-214.292,31 €</b>
Custo médio por utente	<b>2.315,05 €</b>
Rendimento Médio Por Utente	1.699,27 €



### Considerações mais relevantes:

Criado com muita expectativa e com o motivo de que os “ricos” também precisam de cuidados, tornou-se num sorvedouro de recursos. No princípio, apoiados nos rendimentos da “jóia”, paga para usufruir vitaliciamente, de um aposento e dos espaços comuns no edifício, e não podendo adivinhar a evolução dos tempos.....acalentou-se a esperança de que seria uma mais valia para a Instituição, podendo apoiar outras atividades caritativas.

Mas não foi. Perante tais contratos, ruinosos, tentamos, inicialmente estancar os prejuízos terminando com a “jóia”e, conseqüentemente, com a cedência vitalícia de quartos e dos espaços comuns. E quem entrava pagava a mensalidade, então, posposta.

Mas a procura sempre foi diminuta! Porquê?

Ao princípio, poderia ser pelo nome pomposo da oferta... “Lar Hotel” ... Talvez, mais custosa, a condição, para entrada, de disponibilizar aproximadamente, vinte e cinco mil euros, por pessoa para a “jóia”.

Mas a procura foi sempre fraca. Falta de marketing? Sem dúvida, embora se tivessem distribuído, pelos correios e/ ou pelos jornais, alguns desdobráveis.

Finalmente numa atitude de “tudo ou nada”, foi lançada, em 2022, uma promoção desafiante para a época. Os utentes apareceram, mas não os resultados positivos. Foi, por isso, uma das razões, para o expressivo deficit, evidenciado nestas contas.

E, continua a arreliadora pergunta: Porquê? Por mais quanto tempo?

Alterar a modalidade para protocolado? Ainda temos 3 utentes que pagaram a “jóia” e possuem os quartos .... Ultimamente, fizemos uma consulta para conhecer soluções com vista a uma mudança, que é inadiável ... obrigatória...



## Não Residenciais

### 2.3.2.3. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Iniciado nos anos 80 do Século passado, esta resposta social presta serviços no domicílio dos utentes, assumindo especial relevância pelo facto de prolongar a permanência dos idosos no seu ambiente, junto das suas famílias, retardando a necessidade de institucionalização.

#### Capacidade instalada:

- 59 utentes, todos abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o ISS, IP

RENDIMENTOS E GASTOS	Apoio Domiciliário Ano 2022	Apoio Domiciliário Ano 2021
Vendas e serviços prestados	101.775,23 €	73.831,10 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-2.045,78 €	-3.056,54 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>99.729,45 €</b>	<b>70.774,56 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	231.558,29 €	174.580,00 €
Outros Rendimentos	883,17 €	4.889,17 €
Fornecimentos e serviços externos	-114.626,17 €	-102.132,73 €
Gastos com o Pessoal	-199.181,91 €	-128.332,91 €
Gastos de depreciação e de amortização	-4.378,13 €	-3.873,05 €
Outros gastos	-7.884,83 €	-7.728,90 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>6.099,87 €</b>	<b>8.176,14 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-18,23 €	-1,85 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	17,38 €	0,00 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6.099,02 €</b>	<b>8.174,29 €</b>

Nº Médio de utentes 2022	55
Rendimentos	334.234,07 €
Gastos	-328.135,05 €
Custo médio por utente	497,17 €
Rendimento Médio Por Utente	506,42 €

#### Considerações mais relevantes:

EUREKA. Resultado positivo! Apesar dos pesares!

Encontrei, encontrei, no emaranhar de tantos algarismos e, no negativo de todas as obras sociais (Valências), um resultado positivo!

Segredo? Relativamente a recursos humanos, não há turnos, nem horas extras. E, depois, não aquecemos as casas, nem as águas, isto é, não consumimos energia. Por outro lado, os trajetos são curtos, portanto, o gasto com combustíveis é pequeno.



E foi positivo, embora pequeno, apesar de estar a ser contabilizado, como tal, o apoio domiciliário especial, noturno, à Irmã da Misericórdia, Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Vieira, Esposa do Dr. Orlando Vieira. E este apoio tão especial, mas tão gravoso, não se lhe presta por ser Irmã, que os Irmãos de uma Misericórdia não podem colher dividendos. São-no desinteressadamente ou devem sê-lo.

Prestámos este apoio por motivo de um contrato, celebrado em vida do Dr. Orlando, através de um testamento. Neste testamento, foi legado à Misericórdia o edifício, onde residia, embora a esposa tenha ficado com o usufruto. Com a propriedade da vivenda, garantida por registo predial, e na esperança de outros prometidos bens, estamos a gastar mensalmente a quantia aproximada de 2 350,00€, a que se desconta a mensalidade de 1 500,00€, que a Senhora paga.

### 2.3.3 SAÚDE - Unidade de Cuidados Continuados Integrados – UCCI

#### Capacidade instalada:

- 27 camas, todas abrangidas pelo Protocolo de Cooperação

RENDIMENTOS E GASTOS	Área Saúde	
	2022	2021
Vendas e serviços prestados	942.427,62	885.115,72
Custo das vendas e dos serviços prestados	-85.970,43	-100.766,65
<b>Resultado Bruto</b>	<b>856.457,19</b>	<b>784.349,07</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	5.641,76	582,21
Outros Rendimentos	12.123,75	5.190,53
Fornecimentos e serviços externos	-300.806,13	-264.272,11
Gastos com o Pessoal	-603.339,21	-533.652,02
Gastos de depreciação e de amortização	-46.314,04	-44.851,97
Provisões do período	-50.000,00	0,00
Outros gastos	-53.634,56	-874,01
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-179.871,24</b>	<b>-53.528,30</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-12,60	-0,24
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	12,01	2,18
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-179.871,83</b>	<b>-53.526,36</b>

Nº Médio de camas 2022	27
Rendimentos	960.193,13 €
Gastos	-1.140.064,37 €
	<b>-179.871,24 €</b>
Custo médio cama	<b>3.518,72 €</b>
Rendimento Médio Por cama	2.963,56 €



### **Considerações mais relevantes:**

No Plano de atividades para o ano de 2022, na incerteza do que aconteceria nessa indefinição e nesses efeitos dos tempos da pandemia, limitámo-nos a recordar a sua função, a de assegurar um conjunto de cuidados de saúde de apoio social de qualidade, promovendo a autonomia e a funcionalidade da pessoa humana, em situação de dependência.

E mais não dissemos por não podermos adivinhar a conjuntura externa, sim por causa da conjuntura externa.

Pois, estávamos nós muito longe de supor que seria a conjuntura interna a causar-nos preocupações, despesas, enfim, a fazer-nos tremer pelo futuro.

E não foi propriamente pelo seu funcionamento, pois que, as habituais e periódicas inspeções da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), salvo uns pequenos ajustamentos, consideraram que estava tudo em ordem, que estavam a ser cumpridas todas as exigências.

Foram, isso sim, as remodelações, relativas às chefias, que, ultrapassando as nossas expectativas, devidamente fundamentadas em pareceres jurídicos, despoletaram uma série de ações e reações, cujos efeitos reais ainda são incertos.

Mas vamos aos factos: desde o início, a direção técnica foi entregue a uma enfermeira que, por ser profissional do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, nos prestava esse serviço de diretora técnica, como prestadora de serviços, isto é, a recibos verdes.

Mas, desde há uns tempos para cá, sobretudo após as frequentes visitas das Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), fomos alertados para a irregularidade da situação, isto é, essa pessoa, como prestadora de serviços, não podia ser Diretora. Por isso, resolvemos enfrentar a situação, convocámos uma reunião com a referida Senhora Diretora Técnica, transmitimos-lhe a irregularidade da situação, mas, para a não prejudicar, nem social, nem economicamente, propusemos-lhe a cessação de funções, como Diretora e assunção de funções, como Responsável da Enfermagem, mantendo-lhe o respetivo vencimento.

Em vez de nos dar a resposta que lhe pedimos para dali a uns dias chegou-nos, isso sim, uma exposição de um advogado que nos pedia uma indemnização de 161 588,04€. Reagimos, evidentemente, e o caso está para decidir em Tribunal de Trabalho. Daí a reserva de 50 000€ que, contabilisticamente, têm de figurar nas contas de 2022 (a quantia a reconhecer corresponde à melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação que se projetou à data deste balanço)





Mas não é tudo, um mal, nunca vem só.

Após sondagem, propusemos a Direção Técnica à, então, Nutricionista da Instituição, que aceitou, de imediato. Mas, quando chegou o final do mês e não recebeu, como vencimento, o que imaginara, desistiu, despedindo-se também das funções de nutricionista.

Atendendo à urgência da sua substituição, convidámos a Assistente Social para essa função. Aceitou e continua.

Mas, houve mais motivos. A favorecer, ainda, a instabilidade, tem de se referir também a “dança” dos Enfermeiros. Como o Centro Hospitalar tem lançado, de vez em quando, concursos para admissão de pessoas dessa área, aí nos chegam os avisos de cessação de funções e, com a agravante, de ser de um dia para o outro.

Para além dos duodécimos a pagar a quem se despede, embora descontando o que nos é devido por aviso extemporâneo, há que registar o aumento de instabilidade, com a entrada de novas profissionais, a quem tem de se transmitir uma formação específica.

Mas há mais um inconveniente: o funcionamento de hospitais privados na nossa área, o que dificulta essa seleção. E se procurarmos alguém como prestadora de serviços, “à hora”, temos de lhes pagar ao preço, praticados nessas entidades.

Agora, resta-nos esperar pelo desenvolvimento do processo no Tribunal de Trabalho. Andaremos a defender-nos, até ao Supremo, por causa das razões que nos assistem.

Conforta-nos a certeza de que, finalmente, estão criadas as condições essenciais para que os doentes não sofram com as vicissitudes deste percurso.



## 2.3.4 Programa de Emergência Alimentar

### Capacidade instalada:

21 refeições, ao abrigo do Acordo

RENDIMENTOS E GASTOS	Cantina Social	
	2022	2021
Vendas e serviços prestados	0,00	67,36
Custo das vendas e dos serviços prestados	-129,23	-123,24
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-129,23</b>	<b>-55,88</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	13.735,00	13.692,21
Outros Rendimentos	1.203,01	2.714,55
Fornecimentos e serviços externos	-23.611,52	-24.578,63
Gastos com o Pessoal	-17.776,72	-24.712,22
Gastos de depreciação e de amortização	-5.340,90	-5.519,00
Outros gastos	0,00	-54,01
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-31.920,36</b>	<b>-38.512,98</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,00	-0,24
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	2,18
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-31.920,36</b>	<b>-38.511,04</b>

Diariamente, o condutor do nosso carro de transporte de refeições, distribui os almoços a cerca de vinte e uma pessoas, que se encontram em necessidade, com ou sem abrigo, porque aí não chega a nossa responsabilidade.

De vez em quando, as Senhoras Técnicas, diretoras de duas das nossas obras sociais, fazem a respetiva avaliação, mas com poucas novidades, pois são os mesmos com as mesmas necessidades, embora, uma vez ou outra, os Serviços Sociais de Autarquia, ou a Segurança Social ou a Cáritas nos encaminhem situações esporádicas, que se aceitam, após avaliação das nossas responsáveis.

As refeições, atendendo aos perigos de contágio por COVID e outros... foram distribuídas em descartáveis, o que nos permitiu dispensar uma colaboradora.



## 2.3.5 Património

RENDIMENTOS E GASTOS	Agricultura e Pecuária	Rendas Prediais	Património	PERÍODOS	
				2022	2021
Vendas e serviços prestados	653,10 €	36,00 €	884,14 €	1.573,24 €	2.965,41 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-860,96 €	-938,41 €	-858,68 €	-2.658,05 €	-4.217,97 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-207,86 €</b>	<b>-902,41 €</b>	<b>25,46 €</b>	<b>-1.084,81 €</b>	<b>-1.252,56 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	3.686,53 €	3.686,53 €	20.112,01 €
Outros Rendimentos	0,00 €	700.094,00 €	0,17 €	700.094,17 €	656.482,10 €
Fornecimentos e serviços externos	-12.073,49 €	-44.910,99 €	-20.419,30 €	-77.403,78 €	-120.508,43 €
Gastos com o Pessoal	0,00 €	-5.342,14 €	-21.462,62 €	-26.804,76 €	-83.758,07 €
Gastos de depreciação e de amortização	-1.314,03 €	-63.437,92 €	-37.725,45 €	-102.477,40 €	-107.372,89 €
Provisões do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos	0,00 €	0,00 €	-2.582,84 €	-2.582,84 €	-3.143,50 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-13.595,38 €</b>	<b>585.500,54 €</b>	<b>-78.478,05 €</b>	<b>493.427,11 €</b>	<b>360.558,66 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,00 €	-126,89 €	-850,92 €	-977,81 €	-8,54 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	35,93 €	22,68 €	58,61 €	75,20 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-13.595,38 €</b>	<b>585.409,58 €</b>	<b>-79.306,29 €</b>	<b>492.507,91 €</b>	<b>360.625,32 €</b>

Nesta rubrica, muito ampla, (pois pode englobar: o urbano / edificado, rústico, artístico, religioso), nós iremos prestar contas do que planeamos, para 2022 (vide Plano de Atividades, pág 21). No que se refere à reconstrução de determinado edificado, em ruínas, ou ampliação e modernização da cozinha do Lar Imaculada Conceição, ou aquisição de uma viatura elétrica, oferece-se-nos relatar o seguinte, relativamente aos principais desses projetos:

1. **Reconstrução de um prédio, na rua da Fábrica** (perpendicular à rua Madame Brouillard/ ao lado da Fábrica das Lentes).

Já se pode ver e admirar uma vivenda, com três quartos, em fase de acabamentos, que foi objeto de uma candidatura ao abrigo do IFRRU!

Só que, por motivos burocráticos, com pedidos e entregas dos mais variados documentos, ainda não nos foi concedido qualquer adiantamento de empréstimo contraído. Entretanto, já foi necessário adiantar ao empreiteiro as importâncias combinadas, de acordo com o plano de pagamento, adiantando-as das nossas reservas.

2. **Reconstrução de um prédio na rua da Misericórdia**, aproveitando um apoio ao setor social COVID 19, por parte do Novo Banco, contraímos em empréstimo de 98 240,00€.



Só que, por motivos da explosiva subida de preços, em mão-de-obra e materiais, sobretudo, e, ultimamente, pela dificuldade, colocada pela secção da mobilidade da autarquia, em cortar o trânsito na Rua da Misericórdia, o Empreiteiro não começou a obra e o orçamento terá de ser renegociado, sob pena de ter de devolver a importância já disponibilizada, ao Novo Banco.

### **3. Cozinha e telhado, no Lar Imaculada Conceição.**

É caso para dizer que que está enguiçada, esta obra, que permitirá à Misericórdia dispor de uma cozinha única, moderna, bem equipada, satisfazendo todas as exigências, cada vez maiores, de higiene e outras.

Na verdade, o projeto iniciado há vários anos, algumas vezes, reprovado pela Segurança Social ou autarquia; suspenso, depois, por falta de verbas próprias (nossas), foi, finalmente, contemplado, pelo Programa Pares 3, com 392 494,00€, a fundo perdido.

Mas, depois disso, quantas manobras da Segurança Social, sim, manobras delatórias, para atrasarem o início da obra. Quantas reuniões, quantas exigências! continuamos à espera, mas com pouca esperança de o iniciar por causa da subida de preços, na construção civil, e, portanto do orçamento.

4. **Aquisição de uma viatura totalmente elétrica para o Apoio Domiciliário**, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Foram muito rápidos a libertarem o montante de 17 432,77€, valor do orçamento, à época. Só que, consultadas as três Empresas nenhuma tem entrega por esse preço!! Entretanto, como, causa da demora, também esteve a falta de veículos por parte dos fabricantes. Perante aquela situação, pedimos à Segurança Social uma revisão de preços.

5. **Sala de psicomotricidade:** A candidatura foi apresentada, mas não contemplada.

Ficam, assim, prestadas, por agora, as nossas intenções de proporcionar aos nossos idosos uma sala para estímulo psicomotor. Não foi a sala, mas proporcionámos-lhes uma Técnica de Reabilitação Psicomotora.



### 2.3.6 Património Religioso

Nestas difíceis e incertas circunstâncias, sobejamente espelhadas nestas páginas do Relatório de Atividades e Contas de 2022, este setor, não reclama cuidados. Mantemo-lo resguardado, como mantemos vivo o sonho de, um dia, o expor no planeado Centro Interpretativo de Memórias e espaço museológico, a instalar no Palacete das Virtudes, cujo interior carece, ainda, de obras de adaptação a essa finalidade.

Entretanto, temo-nos mantido atentos a quaisquer ajudas destinadas à cultura, provenientes de um eventual programa comunitário ou nacional.

### 2.3.7 Património rústico

Procuramos manter limpos e, em parte, aproveitados os terrenos, que possuímos, quase todos logradouros dos edifícios das nossas Valências.

Assim, para além dos jardins, que os circundam, temos uma vasta área ocupada por um Souto ou lenhosas para rendimento futuro.

## 2.4 Recursos Humanos

Um dos pilares da estratégia Institucional e do desenvolvimento e otimização das Obras Sociais, desenvolvidas pela nossa Instituição, são os colaboradores. Estes assumem um papel basilar, são o coração deste grande Organismo, que existe para fazer o bem, para praticar as Obras de Misericórdia. Para o efeito dedicam-se a variados serviços, 200 efetivos e 11 prestadores de serviço.

Para velar e zelar pelo seu funcionamento, foi criado este departamento que é composto por um responsável, o Provedor, coadjuvado, na sua gestão, por três técnicas especializadas:

- A Responsável dos Serviços Administrativos, Licenciada em Contabilidade e Administração;
- 1 Psicóloga, Direção Técnica do Lar Escola Florinhas da Neve;
- 1 Socióloga, Direção Técnica do ERPI Lar Hotel.

As quais acumulam este intrincado serviço com a função para a qual foram contratadas, sem outra retribuição.

Tanto quanto possível, às vezes em circunstâncias difíceis, foram cumpridos os objetivos delineados:



- Entrevistas, quando necessário, a candidatas;
- Avaliação de desempenho;
- Formação específica;
- Higiene e segurança no trabalho.

Enfim, manutenção de um grupo de trabalho coeso, atento e dedicado aos utentes.

## 2.5 Proteção de Dados e Canal de Denúncia

O trabalho desenvolvido durante o ano assentou na continuidade das práticas instituídas ao nível do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, salvaguardando como linha intrínseca de conduta e de orientação ao nível do tratamento de dados efetuado pelas várias valências/serviços, o respeito pelos princípios da privacidade e da finalidade para a qual os vários dados pessoais são recolhidos e alvo de tratamento.

Para além do cumprimento destes procedimentos, de acordo com o publicado no Decreto-Lei n.º 109-E/2021 que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (“MENAC”) e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção (“RGPC”), e sendo a nossa Instituição obrigada a implementá-lo, a Mesa Administrativa, em dezembro de 2022 deu início aos trabalhos preparatórios para a sua execução, criando nesta altura uma equipa de trabalho que o levará a cabo até julho de 2023, sendo certo que este departamento terá que ser uma constante dentro da nossa Misericórdia.



## 2.6 Posição global da Instituição

Valências	Desempenho			
	Resultado líquido 2022	Resultado líquido 2021	Resultado líquido 2020	Δ (2022/2021)
<b>Infância e Juventude</b>				
Florinhas da Neve	-63.261,74 €	-104.290,81 €	-41.059,18 €	-63.231,63 €
Creche	-11.676,44 €	-67.750,22 €	-49.675,07 €	-18.075,15 €
Jardim	-134.403,51 €	-50.868,13 €	-35.184,45 €	-15.683,68 €
Centro de Apoio à Vida	-30.853,15 €	-10.878,53 €	-7.731,43 €	-3.147,10 €
<b>Total</b>	<b>-240.194,84 €</b>	<b>-233.787,69 €</b>	<b>-133.650,13 €</b>	<b>-100.137,56 €</b>
<b>Terceira Idade</b>				
Centro de Dia	0,00 €	-6.869,70 €	-2.893,90 €	-3.975,80 €
Lar Imaculada Conceição	-274.618,21 €	-285.637,02 €	-193.821,88 €	-91.815,14 €
Apoio Domiciliário	6.099,02 €	8.174,29 €	-10.810,77 €	18.985,06 €
<b>Total</b>	<b>-268.519,19 €</b>	<b>-284.332,43 €</b>	<b>-207.526,55 €</b>	<b>-76.805,88 €</b>
<b>Outras Actividades</b>				
Agric./ Pecuaria e Serv. Gerais	-13.595,38	-2.532,26 €	-9.366,55 €	6.834,29 €
Rendas Prediais	585.409,58	447.174,72 €	436.218,27 €	10.956,45 €
Patrimonio	-79.306,29	-83.941,78 €	-63.057,77 €	-20.884,01 €
Cantina Social	-31.920,36 €	-38.511,04 €	-34.644,52 €	-3.866,52 €
Cozinha Geral	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Lavandaria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	460.587,55	322.189,64 €	329.149,43 €	-6.959,79 €
<b>Total</b>	<b>-442.290,62 €</b>	<b>-391.175,38 €</b>	<b>-108.079,46 €</b>	<b>-283.095,92 €</b>

Ano	2022	2021	2020
Resultado Líquido	-442.290,62 €	-391.175,38 €	-108.079,46 €

A gestão das Propriedades de Investimento continua a ser a base de sustentação, que permitiu fazer face aos resultados negativos de outras valências e manter os seus edifícios em funcionamento.

Todos estes imóveis encontram-se arrendados.







### 3. CONTAS

#### 3.1 Elementos Contabilísticos

##### 3.1.1 Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500843090

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DÁTAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e artístico e cultural		7 846 677,46	7 797 684,35
Investimentos financeiros		882 776,65	882 776,65
		31 116,79	29 573,46
		<b>8 760 570,90</b>	<b>8 710 034,46</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber		58 422,93	63 275,64
Estado e outros entes públicos		805 604,22	373 377,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		18 151,34	21 090,85
Diferimentos		2 825,00	2 670,00
Outros ativos correntes		33 040,11	34 369,94
Caixa e depósitos bancários		3 896,94	11 149,26
		267 456,62	306 332,04
		<b>1 189 397,16</b>	<b>812 265,21</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9 949 968,06</b>	<b>9 522 299,67</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos			
Resultados transitados		1 516 678,29	1 516 678,29
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		5 597 951,71	5 989 127,09
		2 169 372,04	1 606 717,88
		<b>9 284 002,04</b>	<b>9 112 523,26</b>
Resultado Líquido do Exercício		-442 290,62	-391 175,38
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>8 841 711,42</b>	<b>8 721 347,88</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		87 324,44	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>87 324,44</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		104 584,13	126 756,40
Estado e outros entes públicos		159 878,74	71 844,47
Financiamentos obtidos		10 915,56	0,00
Diferimentos		96 337,53	66 109,68
Outros passivos correntes		649 216,24	536 241,24
		<b>1 020 932,20</b>	<b>800 951,79</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 108 256,64</b>	<b>800 951,79</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>9 949 968,06</b>	<b>9 522 299,67</b>





Nem tudo o que se pensa se consegue fazer, mas, o que fizemos, fizémo-lo sempre com a convicção de que nunca poríamos em causa o bem-estar daqueles, que nos procuram e a quem nós servimos. Daí as consequências, num desvio orçamental.

**Porquê:**

- a) A subida dos preços da energia - aproximadamente de 32% - deixou-nos a nós e a todos numa situação "incomportável", poderá mesmo dizer-se avassaladora, conforme se demonstra no quadro seguinte:

		Periodo			
		2022	2021	Desvio	
624	Energia e fluidos	519.401,08 €	351.029,83 €	168.371,25 €	32,42%
6241	Electricidade	158.793,33 €	128.931,70 €	29.861,63 €	
6242	Combustíveis	265.039,89 €	132.610,31 €	132.429,58 €	
6243	Água	95.567,86 €	89.487,82 €	6.080,04 €	

- b) Nos gastos com os Recursos Humanos, (necessário, imprescindível, a essência do Terceiro Setor), não podemos deixar de evidenciar a subida dos salários que nos bateu à porta por duas vezes, neste ano 2022, que de resto a quantidade de colaboradores não teve **variação em relação ao ano anterior:**

- **A primeira**, com a atualização da RMMG (remuneração mínima mensal garantida)



Nos últimos 6 anos uma subida de 33%



- **A segunda**, por força da atualização do Novo Acordo Coletivo de Trabalho (ver pág. 38), e, a percentagem crescente de colaboradoras que auferem a RMMG, apesar da tendência de estabilização do quadro de pessoal.

- **A terceira** - O que não Aconteceu:

No Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 1996, lia-se, na alínea b do n.º 3 da Cláusula VII, que o apoio do Estado se destina a “comparticipar o custo das respostas sociais prestadas aos utentes, no âmbito dos acordos de cooperação”. Agora, no renovado documento, assinado 25 anos e quatro dias depois, lê-se: ***“Assegurar, de forma progressiva e anual, o reforço do valor das participações da segurança social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado”***.

As Instituições do Sector Social Solidário têm vindo, ano após ano, a evidenciar essa reivindicação, que, até agora, enfrentava o obstáculo adicional de o pacto não plasmar essa partilha equitativa dos encargos. Mas, a realidade tem mostrado que apesar de alguma recuperação nos últimos anos, a participação do Estado, que se cifra nos **33,72%** está muito abaixo do mínimo exigível, que são os 50%, como se evidencia no quadro seguinte:

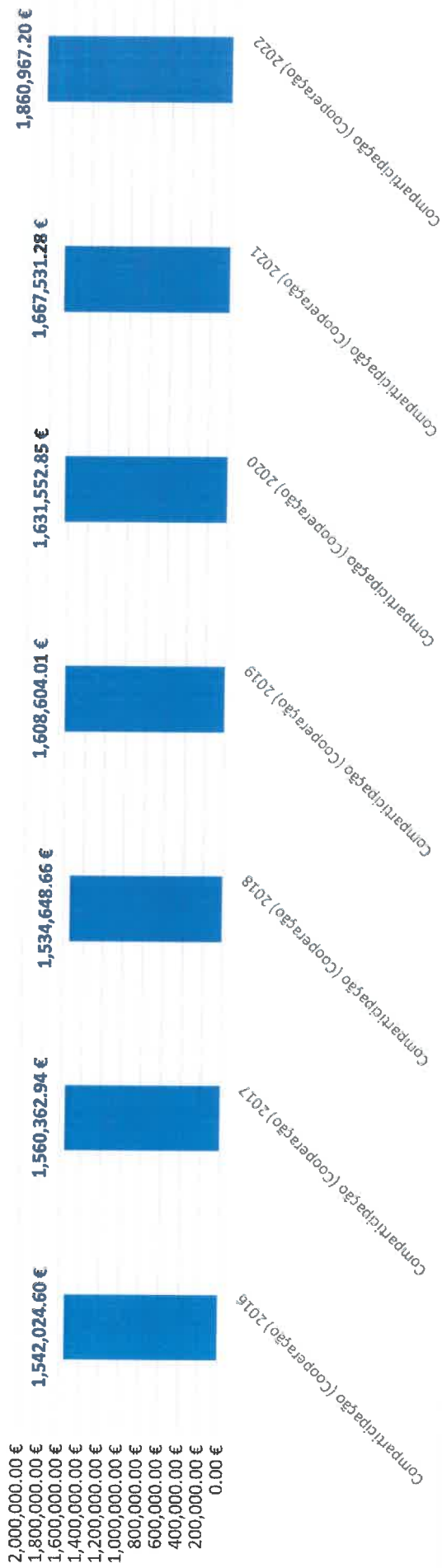


O que o Estado tem contribuído para a “partilha equitativa dos encargos” nos últimos 6 anos:

Complicações por Equipamento Social	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Florinhas da Neve	355.219,20 €	355.219,20 €	360.561,60 €	373.181,76 €	386.245,47 €	400.150,80 €	434.802,11 €
Creche	367.286,57 €	379.909,12 €	381.922,24 €	401.128,03 €	417.281,14 €	433.628,11 €	505.055,32 €
Jardim	233.865,16 €	252.086,52 €	249.578,04 €	261.254,11 €	250.074,20 €	247.453,60 €	225.815,25 €
CAV - "Centro de Apoio à Vida"	62.347,14 €	63.656,40 €	65.056,80 €	67.333,20 €	69.690,00 €	72.199,20 €	75.991,14 €
Centro de Dia	7.592,88 €	9.082,78 €	9.278,30 €	9.837,24 €	13.319,00 €	6.213,42 €	0,00 €
Lar Imaculada Conceição	261.198,23 €	262.302,30 €	266.968,74 €	280.366,69 €	299.664,99 €	320.195,35 €	376.768,23 €
Apoio Domiciliário	168.770,16 €	169.655,22 €	168.289,46 €	184.966,18 €	178.475,55 €	174.580,80 €	228.800,15 €
Apoio Domiciliário Integrado	8.987,76 €	9.176,40 €	9.378,48 €	9.706,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ISS- Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social	76.757,50 €	59.275,00 €	23.615,00 €	20.830,00 €	16.802,50 €	13.110,00 €	13.735,00 €
	<b>1.542.024,60 €</b>	<b>1.560.362,94 €</b>	<b>1.534.648,66 €</b>	<b>1.608.604,01 €</b>	<b>1.631.552,85 €</b>	<b>1.667.531,28 €</b>	<b>1.860.967,20 €</b>

Nos últimos 6 anos uma subida de 17,14%

### Cooperação do Estado na SCMVR





Por motivo do que foi escrito, houve, conseqüentemente, um desvio entre o orçamento para 2022 e os montantes, efetivamente, ocorridos.

O montante global orçamentado para os **gastos de 2022** apresentou um desvio, comparativamente aos gastos efetivamente incorridos, tendo a Instituição despendido mais **380.117,68 €** euros do que tinha inicialmente previsto (desvio de 6,49%).

Análise de gastos	Orçamento 2022	Encerramento 2022	Varição Orçamento	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	307.042,64 €	336.777,08 €	29.734,44 €	0,51%
Fornecimentos e serviços externos	1.708.635,50 €	2.036.297,77 €	327.662,27 €	5,59%
Gastos com o Pessoal	3.464.333,20 €	3.411.722,02 €	-52.611,18 €	-0,90%
Gastos de depreciação e de amortização	370.675,70 €	324.571,30 €	-46.104,40 €	-0,79%
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Provisões	0,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	0,85%
Outros gastos e perdas	5.000,00 €	76.355,64 €	71.355,64 €	1,22%
Gastos e perdas de financiamento	1.000,00 €	1.080,91 €	80,91 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>5.856.687,04 €</b>	<b>6.236.804,72 €</b>	<b>380.117,68 €</b>	<b>6,49%</b>

Relativamente aos **rendimentos orçados para 2022** tiveram um incremento de **63.193,65€**, o que equivale a um aumento relativamente ao orçamentado em **1,09%**.

Análise de Rendimentos	Orçamento 2022	Encerramento 2022	Varição Orçamento	%
Vendas/Prestação de Serviços	2.332.352,85 €	2.242.978,57 €	-89.374,28 €	-3,98%
Trabalhos para a própria entidade	725.000,00 €	810.900,83 €	85.900,83 €	10,59%
Subsídios, doações e legados à exploração	1.874.530,26 €	1.953.684,25 €	79.153,99 €	4,05%
Outros rendimentos e ganhos	799.437,34 €	786.793,57 €	-12.643,77 €	-1,61%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	156,88 €	156,88 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>5.731.320,45 €</b>	<b>5.794.514,10 €</b>	<b>63.193,65 €</b>	<b>1,09%</b>

Pelo exposto, o resultado apurado no orçamento para 2022 cifrava-se em 125.366,59 € (negativo), tendo sido o resultado real no montante negativo de 442 290,62€.



### Resumo Orçamento Vs Execução

#### Gastos Orçamentos vs executados para 2022

Análise de gastos		Orçamento 2022	2022	2021	2020	Variação Orçamento/Executado 2022	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	307.042,64 €	336.777,08 €	336.323,74 €	351.325,84 €	29.734,44 €	8,83%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.708.635,50 €	2.036.297,77 €	1.807.801,44 €	1.742.709,18 €	327.662,27 €	16,09%
63	Gastos com o Pessoal	3.464.333,20 €	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €	3.045.040,48 €	-52.611,18 €	-1,54%
64	Gastos de depreciação e de amortização	370.675,70 €	324.571,30 €	331.781,64 €	356.538,11 €	-46.104,40 €	-14,20%
65	Perdas por imparidade	0,00 €		0,00 €	5.833,67 €		
67	Provisões	0,00 €	50.000,00 €	0,00 €		50.000,00 €	100,00%
68	Outros gastos e perdas	5.000,00 €	76.355,64 €	21.969,69 €	19.759,82 €	71.355,64 €	93,45%
69	Gastos e perdas de financiamento	1.000,00 €	1.080,91 €	17,81 €	540,01 €	80,91 €	7,49%
<b>Total</b>		<b>5.856.687,04 €</b>	<b>6.236.804,72 €</b>	<b>5.738.463,24 €</b>	<b>5.521.747,11 €</b>	<b>380.117,68 €</b>	<b>6,09%</b>

#### Rendimentos Orçamentos vs executados para 2022

Análise de Rendimentos		Orçamento 2022	2.022	2.021	2.020	Variação Orçamento/Executado 2022	%
71+	Vendas/Prestação de Serviços	2.332.352,85 €	2.242.978,57 €	2.078.084,05 €	2.172.034,01 €	-89.374,28 €	-3,98%
74	Trabalhos para a própria entidade	725.000,00 €	810.900,83 €	733.482,67 €	722.830,94 €	85.900,83 €	10,59%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.874.530,26 €	1.953.684,25 €	1.788.741,10 €	1.730.324,62 €	79.153,99 €	4,05%
78	Outros rendimentos e ganhos	799.437,34 €	786.793,57 €	746.823,16 €	788.321,20 €	-12.643,77 €	-1,61%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	156,88 €	156,88 €	156,88 €	156,88 €	100,00%
<b>Total</b>		<b>5.731.320,45 €</b>	<b>5.794.514,10 €</b>	<b>5.347.287,86 €</b>	<b>5.413.667,65 €</b>	<b>63.193,65 €</b>	<b>1,09%</b>

Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos - EBITDA		Orçamento 2022	2022	2021	2020	Variação Orçamento/Executado 2022	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos - EBITDA		251.309,11 €	9.717,23 €	-37.406,24 €	274.592,15 €	-311.998,39 €	834,08%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT		-124.366,59 €	-441.209,71 €	-391.157,57 €	-107.539,45 €	-283.618,12 €	72,51%
Resultado líquido do período		-125.366,59 €	-442.290,62 €	-391.175,38 €	-108.079,46 €	-283.095,92 €	72,37%

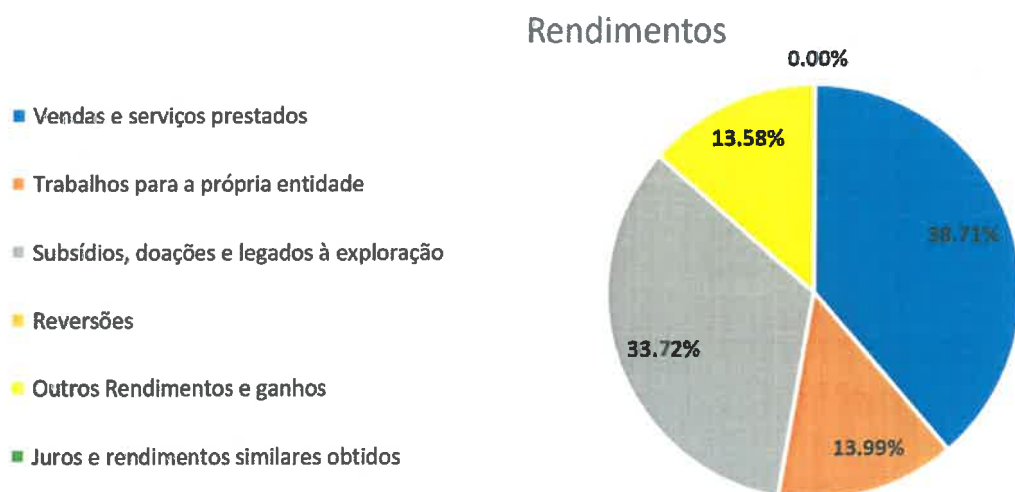


## 3.2 Análise da Estrutura de Rendimentos e Gastos

### 3.2.1 Estrutura de Rendimentos

Composição dos rendimentos em 2022 e 2021:

Rendimentos		2022	2021	Variação	
				Valor	%
71/72	Vendas e serviços prestados	2.242.978,57 €	2.078.084,05 €	164.894,52 €	7,35%
74	Trabalhos para a própria entidade	810.900,83 €	733.482,67 €	77.418,16 €	9,55%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.953.684,25 €	1.788.741,10 €	164.943,15 €	8,44%
76	Reversões		0,00 €	—	—
78	Outros Rendimentos e ganhos	786.793,57 €	746.823,16 €	39.970,41 €	5,08%
79	Juros e rendimentos similares obtidos	156,88 €	156,88 €	0,00 €	0,00%
		<b>5.794.514,10 €</b>	<b>5.347.287,86 €</b>	<b>447.226,24 €</b>	<b>7,72%</b>



#### Apreciação:

Globalmente, os rendimentos da Instituição registaram um aumento de **447.226,24 €**, o que, percentualmente, representa uma variação positiva de cerca de **7,35%** comparativamente ao período homólogo.

Para uma melhor compreensão da informação na tabela acima, apresentamos os principais motivos:

- a) As Respostas Sociais, que contribuíram para a subida de **164 894,52€**, ou seja uma variação positiva de **7,35%**, como se pode observar no quadro seguinte:





## ❖ Mensalidade dos Utentes

Resposta Sociais/Rendimentos (mensalidades)	2022	2021	Varição	Δ 2022/2021
Creches	141.753,76 €	136.566,80 €	5.186,96 €	3,66%
Jardim de Infancia	105.197,17 €	121.046,35 €	(15.849,18 €)	-15,07%
Escola Donas de Casa	1.200,00 €	1.200,00 €	0,00 €	0,00%
Apoio Domiciliário	101.097,04 €	73.424,21 €	27.672,83 €	27,37%
Unidade Média Duração e Reabilitação da RNCCI	942.500,49 €	885.197,14 €	57.303,35 €	6,08%
Lar Imaculada Conceição	435.018,81 €	398.085,69 €	36.933,12 €	8,49%
Centro de Dia	0,00 €	1.469,16 €	(1.469,16 €)	-----
Lar Hotel	467.579,85 €	405.684,70 €	61.895,15 €	13,24%
Serviços Secundários	15.432,82 €	19.485,37 €	(4.052,55 €)	-26,26%
Quotizações	4.720,00 €	4.620,00 €	100,00 €	2,12%

### Explicação:

Como se pode observar no quadro abaixo, a subida do número de utentes em lares Residenciais, ERPI – Lar Imaculada Conceição + 5 utentes; Lar Hotel +5 utentes, Apoio Domiciliário +6 utentes; e a ocupação da Unidade Média Duração e Reabilitação da RNCCI sempre a cima dos 85% (média de 2022: 93,82%), refletiu-se no aumento das mensalidades apuradas, em relação ao ano anterior no valor de 167 720,52€.

Valências	Média de Utentes - 2022	Média de Utentes - 2021
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>		
CRECHE	123	127
JARDIM-DE-INFÂNCIA	75	83
FLORINHAS	34	31
CENTRO DE APOIO À VIDA	4	6
<b>TERCEIRA IDADE</b>		
LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	66	61
LAR HOTEL	29	24
<b>SAÚDE</b>		
UCCI	27	26
<b>FAMÍLIA E COMUNIDADE</b>		
APOIO DOMICILIÁRIO	55	49
CANTINA SOCIAL	22	21
	<b>435</b>	<b>428</b>

- b) A principal componente na rubrica subsídios, doações e legados à exploração são os montantes recebidos a título de participações do Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real provenientes de acordos pré-estabelecidos entre esta Entidade e a Instituição, e destinaram-se às seguintes valências:

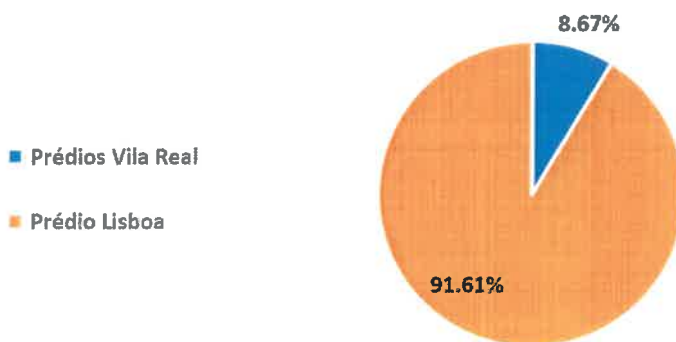


Comparticipações por Equipamento Social	Comparticipação (Cooperação) 2021	Comparticipação (Cooperação) 2022
Lar Escola Florinhas da Neve	400.150,80 €	434.802,11 €
Creche	433.628,11 €	505.055,32 €
Jardim de Infância (Pré-Escolar)	247.453,60 €	225.815,25 €
CAV - "Centro de Apoio à Vida"	72.199,20 €	75.991,14 €
Centro de Dia	6.213,42 €	0,00 €
Lar Imaculada Conceição	320.195,35 €	376.768,23 €
Apoio Domiciliário	174.580,80 €	228.800,15 €
ISS- Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social	13.110,00 €	13.735,00 €
	<b>1.667.531,28 €</b>	<b>1.860.967,20 €</b>

c) Os outros rendimentos dizem respeito, maioritariamente, a rendas proveniente da atividade de gestão imobiliária (ver tabela pág seguinte) desenvolvida pela Instituição.

Rendimentos Prediais	Valores 2022	Valores 2021	%
Prédios Vila Real	60.701,66 €	54.971,90 €	8,67%
Prédio Lisboa	639.392,34 €	599.445,95 €	91,61%
	<b>700.094,00 €</b>	<b>654.417,85 €</b>	<b>100,00%</b>

Rendimentos Prediais





<b>Rendas e Alugueres Imóveis</b>	<b>Total dos Rendimentos Prediais</b>	<b>700.094,00 €</b>
<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>	<b>Rendimento</b>
Imóvel - Rua do Carmo, 43 -4º Dtº- Piso 6 -Fracção	Lisboa	15.486,96 €
Imóvel-Rua do Carmo, Nº43 Esq.-Piso 5-FracçãoM	Lisboa	14.248,08 €
Imóvel - Rua do Carmo, Nº43 Esq.-Piso6- Fracção O	Lisboa	14.248,08 €
Imóvel- Rua do Carmo, Nº 37- Loja Nº1	Lisboa	308.313,95 €
Imóvel- Rua do Carmo Nº43- Escritório Nº6- 4-C	Lisboa	7.346,20 €
Imóvel- Rua do Carmo, Nº 43-Escritório 2-3ºC	Lisboa	7.431,11 €
Imóvel- Ed.Central Park Avª de Abril 1974, Lt1-3º	Lisboa	180.580,50 €
Imóvel- Rua do Carmo, Nº 43- Escrit. 3º Dt	Lisboa	12.942,54 €
Imóvel - Rua do Carmo, Nº 43-Apart.T3 -6ºDrº	Lisboa	15.486,96 €
Rua do Carmo nº 37-49-Escritório 3D	Lisboa	12.243,62 €
Imóvel - Rua do Carmo, 3ºPiso4 Escritório nº 7-4B	Lisboa	7.346,20 €
Imóvel - Rua do Carmo, 3ºPiso4 Escritório nº 8-4A	Lisboa	13.467,94 €
Rua do Carmo, nº 43, Escritório nº 3 - 3 B e Es	Lisboa	30.250,20 €
		<b>639.392,34 €</b>
Imóvel - Rua do Rossio, Nº 5 1º	Vila Real	1.858,44 €
Imóvel - Rua Cândido dos Reis nº 16 -1º	Vila Real	857,64 €
Imóvel- Rua Marechal Teixeira Rebelo, Nº 6	Vila Real	1.950,00 €
Imóvel- Largo Vila-realense,Nº7	Vila Real	5.129,28 €
Rua Camilo Castelo Branco Nº 70	Vila Real	630,96 €
Imóvel- Rest. Quinta da Petisqueira, Lordelo	Vila Real	8.458,32 €
Imóvel- Rua Camilo Castelo Branco, Nº 74	Vila Real	904,97 €
Rua da Boavista, Nº11	Vila Real	2.477,88 €
Imóvel - Rua do Rossio, nº 5, 3º Andar	Vila Real	1.167,98 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, Nº 22 - 1º Andar	Vila Real	4.088,52 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, Nº 24 - R/C (T2)	Vila Real	3.951,00 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, Nº 18 R/C Esq.(T1)	Vila Real	3.901,40 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, Nº 18 1º Esq.(T1)	Vila Real	3.912,60 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard Nº 18 º Dto(T2)	Vila Real	3.840,72 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, nº 28 - 1º Trás	Vila Real	3.610,32 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, Nº 28 1º Frente	Vila Real	2.709,03 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard Nº 26 R/C Lateral	Vila Real	4.121,28 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard Nº 16 R/C Dto	Vila Real	4.028,88 €
Imóvel - Rua Madame Brouillard, nº 30 R/C T1	Vila Real	3.097,44 €
Outras Rendas Imóveis	Vila Real	5,00 €
		<b>60.701,66 €</b>



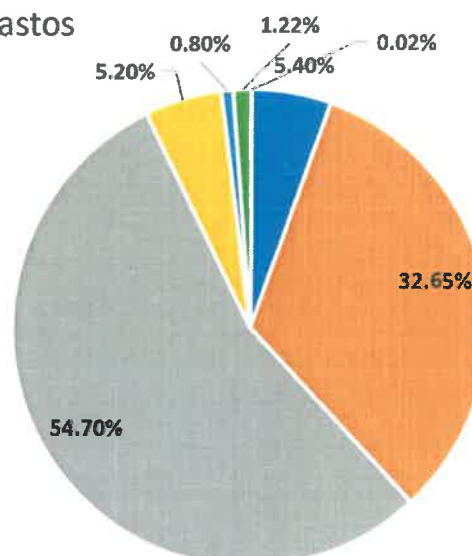
### 3.2.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2022 e 2021:

			Variação		
Gastos		2022	2021	Valor	%
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	336.777,08 €	336.323,74 €	453,34 €	0,13%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.036.297,77 €	1.807.801,44 €	228.496,33 €	11,22%
63	Gastos com o pessoal	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €	171.153,10 €	5,02%
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	324.571,30 €	331.781,64 €	-7.210,34 €	-2,22%
67	Provisões	50.000,00		50.000,00 €	100,00%
68	Outros gastos e perdas	76.355,64 €	21.969,69 €	54.385,95 €	71,23%
69	Juros e gastos similares suportados	1.080,91 €	17,81 €	1.063,10 €	98,35%
		<b>6.236.804,72 €</b>	<b>5.738.463,24 €</b>	<b>498.341,48 €</b>	<b>2,84 €</b>

Gráfico dos gastos

- Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com o pessoal
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização
- Provisões
- Outros gastos e perdas
- Juros e gastos similares suportados



#### Apreciação:

Globalmente, os gastos da Instituição registaram um aumento de **498.341,48 €**, o que, percentualmente, representa uma variação de 2,84% comparativamente ao período homólogo. Os gastos com o pessoal representam cerca de 54,70% (2021: 56,47%) seguidos dos fornecimentos e serviços externos (FSE) com 32,65% (2021: 31,5%). No custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas não se verificaram oscilações sujeitas a análise.



### Explicação:

Relativamente aos gastos com o pessoal, importa fazer, aqui, uma explanação pois foi das rubricas de gastos que teve uma maior impacto nas contas de 2022, com um acréscimo em relação ao ano anterior, de **171.153,10 €**. Este acréscimo derivou, essencialmente, do aumento galopante da RMNG (Remuneração Mínima Mensal Garantida) em janeiro de 2022, com um acréscimo de 5,8%, coo se demonstra no quadro seguinte:

	Descrição	Ano 2022	Ano 2021	Desvio	
63	<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>3 411 722,02</b>	<b>3 240 568,92</b>	<b>171 153,10</b>	<b>5,02%</b>
632	Remunerações do pessoal	2 366 224,73	2 313 901,96	52 322,77	2,21%
6321	Remuneracoes Certas	1 905 121,48	1 866 988,56	38 132,92	2,00%
6322	Remuneracoes Adicionais	461 103,25	446 913,40	14 189,85	3,08%
63221	Subsidios de Alimentacao	3 762,30	1 520,82	2 241,48	59,58%
63222	Horas Extraordinárias	72 449,51	95 337,11	-22 887,60	-31,59%
63228	Encargos com Férias	382 771,46	349 754,35	33 017,11	8,63%
634	Indemnizações	33 005,99	1 333,23	31 672,76	95,96%
635	Encargos sobre remunerações	616 369,38	552 842,59	63 526,79	10,31%
6351	Seguranca Social - Trabalhadores Dependentes	615 853,40	552 394,39	63 459,01	10,30%
6352	Fundo de Garantia e Fundo de Compensação Salarial	515,98	448,20	67,78	13,14%
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	27 770,68	22 337,71	5 432,97	19,56%
637	Gastos de acção social	110 267,48	111 000,74	-733,26	-0,66%
6371	Cantinas e Refeitórios	110 267,48	110 967,79	-700,31	-0,64%
638	Outros gastos com o pessoal	258 083,76	238 724,76	19 359,00	7,50%
6381	Outras Remunerações Adicionais	246 870,57	225 843,81	21 026,76	8,52%
63812	Subs. de Turno	132 344,34	108 042,10	24 302,24	18,36%
63813	Subs. de turno Rotativo	41 928,16	49 667,11	-7 738,95	-18,46%
63815	Subsídio Função/Coordenação	66 098,07	59 884,60	6 213,47	9,40%
63818	Subsídio de Apoio à Infância	6 000,00	7 250,00	-1 250,00	-20,83%
6383	Formação Profissional	630,00	385,00	245,00	38,89%

\*\*\*\*\*

	2022	2021	2020	2019	2018
Quadro de pessoal	200	204	204	204	194
Gastos com o pessoal	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €	3.045.040,48 €	2.955.083,00 €	2.780.629,26 €

Aumento registado nos últimos 4 anos **18,50%**

Este impacto foi significativo pois cerca de **145 pessoas auferiam a RMMG** (cerca de 72,5% do total dos colaboradores), os quais **ainda tivemos de acrescer a respetiva atualização dos subsídios de turnos.**



### Quadro comparativo por funções

Funções	Pessoal Afeto
AJUDANTE DE AÇÃO DIRECTA	60
AJUDANTE DE AÇÃO EDUCATIVA	32
AUXILIAR DE AÇÃO MÉDICA	10
AJUDANTE DE COZINHEIRO	9
COZINHEIRO	10
LAVADEIRO	1
Padre	1
PORTEIRO	1
TRABALHADOR AUXILIAR (SERVICOS GERAIS)	21
NUTRICIONISTA	1
CONTABILISTA/RESPONSÁVEL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	1
DIRECTOR TÉCNICAS	6
TESOUREIRA	1
EDUCADOR DE INFÂNCIA	9
COORDENADORA PEDAGÓGICA	1
EDUCADOR SOCIAL	1
ENCARREGADO DE SERVICOS GERAIS	6
Enfermeiro(a)	11
MOTORISTA DE LIGEIOS	3
PROFESSOR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	1
PSICÓLOGO	2
SECRETÁRIO	3
SECRETÁRIO-GERAL	1
ASSISTENTE SOCIAL	3
TÉCNICO DE REAB.TERAPEUTA OCUPACIONAL	1
TÉCNICO DE REABILITAÇÃO/FISIOTERAPEUTA	2
TÉCNICO SUP. EDUC. ESPECIAL E REAB./REAB.PSICOMOTRICISTA	1
TÉCNICO SUPERIOR DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL	1
<b>Total</b>	<b>200</b>

Acrescentando àquele impacto, em Novembro de 2022 (*pág. anterior*), surge a aplicabilidade de novas tabelas salariais, bem como todo o enquadramento laboral, ou seja, deixámos de estar abrangidos pelo Acordo Coletivo entre a Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e outras e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e outros (BTE n.º 38 de 15/10/2016), e passámos a aplicar o Contrato Coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS. Este novo enquadramento trouxe alterações nas tabelas salariais, nas categorias profissionais, na regulamentação da Organização de Tempos de Trabalho, no que respeita à atribuição de dias de descanso, folgas, pagamento de trabalho suplementar e a diferença de PNT (período normal de trabalho) para as categorias de Ajudante de Ação Direta, Ajudante de Ação Educativa e Auxiliar de Ação Médica.



No que diz respeito às restantes variações, entendemos dar a seguinte explicação para uma melhor compreensão da informação:

- Os FSE( fornecimento de serviços externos), registaram um aumento de **228.493,83 €**, face ao período homólogo, o que, percentualmente, se traduz num acréscimo de 11,2%. Estes gastos apresentam-se no seguinte detalhe:

		Ano 2022	Ano 2021		Desvio
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2 036 295,27</b>	<b>1 807 801,44</b>	<b>228 493,83</b>	<b>11,22%</b>
621	Subcontratos	1 076 050,13	985 964,01	90 086,12	8,37%
622	Serviços especializados	279 855,25	297 325,27	-17 470,02	-6,24%
6221	Trabalhos especializados	26 924,67	25 657,80	1 266,87	4,71%
6224	Honorários	121 031,49	125 738,08	-4 706,59	-3,89%
62241	Honorários - UCCI - Pessoal Especializado	44 496,25	61 262,50	-16 766,25	-37,68%
62242	Honorários- Serviços de Advocacia	30 550,59	24 335,00	6 215,59	20,35%
62243	Farmaceutico - UCCI	4 788,75	0,00	4 788,75	100,00%
62244	Honorários - Outros Serviços	28 139,90	30 104,83	-1 964,93	-6,98%
62245	Honorários- SROC	8 856,00	6 426,75	2 429,25	27,43%
62248	Serviços Religiosos	3 950,00	3 609,00	341,00	8,63%
62249	Serviço Eventual	250,00	0,00	250,00	100,00%
<b>6226</b>	<b>Conservação e reparação</b>	<b>130 475,58</b>	<b>144 894,24</b>	<b>-14 418,66</b>	<b>-11,05%</b>
62261	Conservacao e Reparacao	128 453,95	144 742,76	-16 288,81	-12,68%
62262	Reparacao, Conserv. e Adapta. em Equip. e Ed. Alu.	2 021,63	151,48	1 870,15	92,51%
<b>623</b>	<b>Materiais</b>	<b>90 033,72</b>	<b>94 165,96</b>	<b>-4 132,24</b>	<b>-4,59%</b>
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	85 212,12	89 912,83	-4 700,71	-5,52%
6233	Material de escritório	4 171,74	3 728,88	442,86	10,62%
6234	Artigos para oferta	610,06	505,25	104,81	17,18%
<b>624</b>	<b>Energia e fluidos</b>	<b>519 401,08</b>	<b>351 029,83</b>	<b>168 371,25</b>	<b>32,42%</b>
6241	Electricidade	158 793,33	128 931,70	29 861,63	18,81%
6242	Combustíveis	265 039,89	132 610,31	132 429,58	49,97%
62421	Combustíveis p/Automóveis	11 236,73	8 479,81	2 756,92	24,53%
62422	Combustíveis p/Cozinha	100 119,98	21 854,47	78 265,51	78,17%
62423	Combustíveis P/Aquecimento Central	153 647,32	101 081,58	52 565,74	34,21%
62424	Combustíveis p/Outros Utensílios	35,86	1 194,45	-1 158,59	
6243	Água	95 567,86	89 487,82	6 080,04	6,36%
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 968,03</b>	<b>58,32</b>	<b>2 909,71</b>	<b>98,04%</b>
<b>626</b>	<b>Serviços diversos</b>	<b>67 987,06</b>	<b>79 258,05</b>	<b>-11 270,99</b>	<b>-16,58%</b>
<b>6262</b>	<b>Comunicação</b>	<b>14 506,71</b>	<b>15 459,19</b>	<b>-952,48</b>	<b>-6,57%</b>
6263	Seguros	20 557,58	20 936,56	-378,98	-1,84%
62631	Seguro Escolar	3 480,50	2 617,33	863,17	24,80%
62632	Seguros-Ramos Incêndio	6 981,89	8 925,95	-1 944,06	-27,84%
62633	Seguros automóvel - Diversos	470,10	372,48	97,62	20,77%
62634	Seguros - Ramos Automóvel- Renault	442,27	1 310,60	-868,33	-196,33%
62635	Seguros Autom. Mitsubishi	624,34	574,44	49,90	7,99%



62636	Seguro Construção	1 544,11	0,00	1 544,11	100,00%
62637	Seguros- Ramo Aut. Mercedes Benz	1 789,02	1 653,69	135,33	7,56%
62639	Seguro - Condomínio- Rua do Carmo- Lisboa	5 225,35	5 482,07	-256,72	-4,91%
<b>6268</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>32 428,28</b>	<b>42 297,83</b>	<b>-9 869,55</b>	<b>-30,44%</b>

A execução da **conta 62** evidencia um aumento, face aos valores previstos e gastos em período homologo. Deve, assim, ser objeto de comparação nas sub-rubricas, essencialmente no que diz respeito ao consumo de energias e seus derivados (+32,42%) e subcontratação externa.

### Realçamos a principais oscilações, relativamente aos subcontratos:

Serviço de refeições ao SUCH (Serviço Utilização Comum dos Hospitais ), e, a utilização Interna de Serviços Partilhados, como a Cozinha Geral, Cozinha da Creche, Cozinha do Lar Hotel e Lavandaria Geral, representam 52% da estrutura dos FSE.

### 3.3 Autonomia Financeira e Endividamento

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

	2022	2021
Autonomia Financeira	88,86%	91,59%
Solvabilidade Financeira	7,98	8,66

Pela análise deste dois indicadores, podemos concluir::

- Quanto ao rácio de autonomia financeira, a Instituição é, maioritariamente, financiada através de fundos próprios, sendo 88,86% (2021: 91,59%) do total do ativo da Instituição. Logo, não existe, neste momento, quaisquer fragilidades quanto à segurança do seu Património;
- Quanto ao Rácio de Solvabilidade, no nosso caso em concreto, a Instituição apresenta uma excelente capacidade para solver os seus compromissos de médio e longo prazo, determinando a sua independência face a terceiros.





### 3.4 Análise Económico financeira

#### 3.4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens de Balanço:

RUBRICAS	2022		2021	
Ativo não corrente	8.760.570,90 €	88,07%	8.710.034,46 €	91,47%
Ativo corrente	1.186.801,17 €	11,93%	812.265,21 €	8,53%
<b>Total ativo</b>	<b>9.947.372,07 €</b>		<b>9.522.299,67 €</b>	

RUBRICAS	2022		2021	
Fundo de Capital	8.839.115,43 €	88,86%	8.721.347,88 €	91,59%
Passivo não corrente	87.324,44 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivo corrente	1.020.932,20 €	10,26%	800.951,79 €	8,41%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>9.947.372,07 €</b>		<b>9.522.299,67 €</b>	

#### 3.4.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Instituição no ano findo em 31 de dezembro de 2022, alcançou o resultado líquido negativo de 442 290,62 Euros. Propõe-se que a sua aplicação seja afeta à rubrica "Resultados transitados".

##### Encerramento 2022

Demonstração de Resultados	2.022	2.021
Vendas e serviços prestados	2.242.978,57 €	2.073.674,05 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.953.684,25 €	1.793.151,10 €
Trabalhos para a própria entidade	810.900,83 €	733.482,67 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	336.777,08 €	336.323,74 €
Fornecimentos e serviços externos	2.036.297,77 €	1.807.801,44 €
Gastos com o pessoal	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	786.793,57 €	746.823,16 €
Provisões (aumentos/reduções)	50.000,00 €	0,00 €
Outros gastos	76.355,64 €	21.969,69 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA</b>	<b>-116.795,29 €</b>	<b>-59.532,81 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	324.571,30 €	331.781,64 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT</b>	<b>-441.366,59 €</b>	<b>-391.314,45 €</b>
Juros e gastos similares	156,88 €	156,88 €
Juros e gastos similares suportados	1.080,91 €	17,81 €
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-442.290,62 €</b>	<b>-391.175,38 €</b>



### 3.4.3 Evolução Previsível da Instituição

A Mesa Administrativa da Instituição não pode dissociar-se dos problemas da atualidade:

- a instabilidade geopolítica a nível mundial provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia e o seu impacto ao nível dos mercados, produtos, impacto nos preços e cadeias de abastecimentos.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

### 3.4.4 Gestão de Riscos Financeiros

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que, as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

Indicadores de Gestão	2022	2021
Subsídios, doações e legados à exploração	1.953.684,25 €	1.788.741,10 €
Prestação Serviços	2.242.978,57 €	2.073.674,05 €
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-442.290,62 €</b>	<b>-391.175,38 €</b>
Cash-Flow	-117.719,32 €	-59.393,74 €
Capital Social	1.516.678,29 €	1.516.678,29 €
Ativo Total Líquido	9.947.372,07 €	9.522.299,67 €
Ativo Fixo	8.760.570,90 €	8.710.034,46 €
Passivo Circulante	1.020.932,20 €	800.951,79 €
Capitais Permanentes	8.839.115,43 €	8.721.347,88 €
Fundo Maneio	165.868,97 €	11.313,42 €
<b>Análise Financeira</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Autonomia Financeira	88,86%	91,59%
Liquidez Imediata	0,26	0,38
Liquidez Reduzida	1,11	0,94
Liquidez Geral	1,16	1,01

Como regra geral, a Instituição não recorre a reforço de tesouraria para cumprimentos das suas obrigações a curto prazo, pelo que, no momento, não está exposta a fragilidades financeiras. No entanto é previsível que possa vir a acontecer por causa dos investimentos que se encontram em curso e que se prevê começar a amortizar no próximo ano. Por esses motivos poderemos estar expostos às variações de taxas de juro.



A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Instituição possui capacidade para obter, atempadamente, o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades e cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando devidas, evitando, ao mesmo tempo, a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

### 3.5 Considerações finais

Ao longo do ano de 2022 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, deu continuidade ao funcionamento dos diferentes equipamentos justificando em pleno o investimento técnico, financeiro e Humano. Era preciso ter margem para acomodar todos os contratemplos vividos e não a tivemos. O ano de 2022 foi um ano cuja avaliação não deixa de evidenciar dúvidas pela sua ambiguidade operacional. De um lado, foi a transição da pandemia e, de outro, o começo de uma guerra cujo impacto foi devastador e os futuros ainda difíceis de prever.

**Tivemos consciência, mês a mês, da derrapagem orçamental, mas conscientes das causas que estiveram na origem deste desfecho.**





#### **IV OUTRAS CONSIDERAÇÕES- PARECERES**





## Parecer do Conselho Fiscal

### Parecer referente ao Relatório e Atividades de Contas do Exercício de 2022

No dia 06 de março de 2023, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal/Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, no Edifício Sede, sito no Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral, em Vila Real para, nos termos estatutários, apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2022, proposto pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.

Pois que é da sua responsabilidade a apresentação do relatório de Atividades e contas, assim como as respetivas demonstrações financeiras, de modo a que o Conselho Fiscal, de forma verdadeira e apropriada, possa avaliar a real situação financeira e contabilística da Misericórdia de Vila Real, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos conformes à Lei e restantes normativos aplicáveis.

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras, constantes do Relatório de Atividades e Contas do exercício anterior, que compreendem o Balanço e Demonstração de Resultados, evidenciando: um total de gastos de 6 236 804,72 € (seis milhões, duzentos e trinta e seis mil oitocentos e quatro euros e setenta e dois cêntimos); rendimentos de 5 794 514,10 € (cinco milhões setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e catorze euros e dez cêntimos); e um resultado líquido negativo de 442 290,62€ (quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa euros e sessenta e dois cêntimos).

A nossa análise e verificação foi efetuada com o objetivo de obter uma garantia aceitável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Conclui-se que o resultado líquido negativo apurado resulta, genericamente, dos insuficientes rendimentos provenientes da exploração das respostas sociais, mas também do aumento exponencial do gastos com o consumo de energia, alimentação e outros, que atingiu os 32%. Paralelamente, por razões exógenas, verifica-se um crescimento substancial dos encargos com pessoal, basicamente resultantes do aumento da RMMG, uma vez que o número de pessoas, ao serviço da Instituição, em 31 de dezembro, não aumentou em termos de efetivos, em relação ao ano anterior.







## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

2

Considerando que o resultado líquido negativo tem, como razão principal, o contexto atual, e, ainda, as dificuldades que o terceiro setor atravessa, de forma transversal, é entendimento deste Órgão Social que houve uma administração criteriosa em ano difícil e que, face ao exposto neste documento, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação do relatório de Atividades e Contas do exercício de 2022.

Vila Real, 06 de março de 2023

### O Conselho Fiscal

O Presidente

(Em exercício)

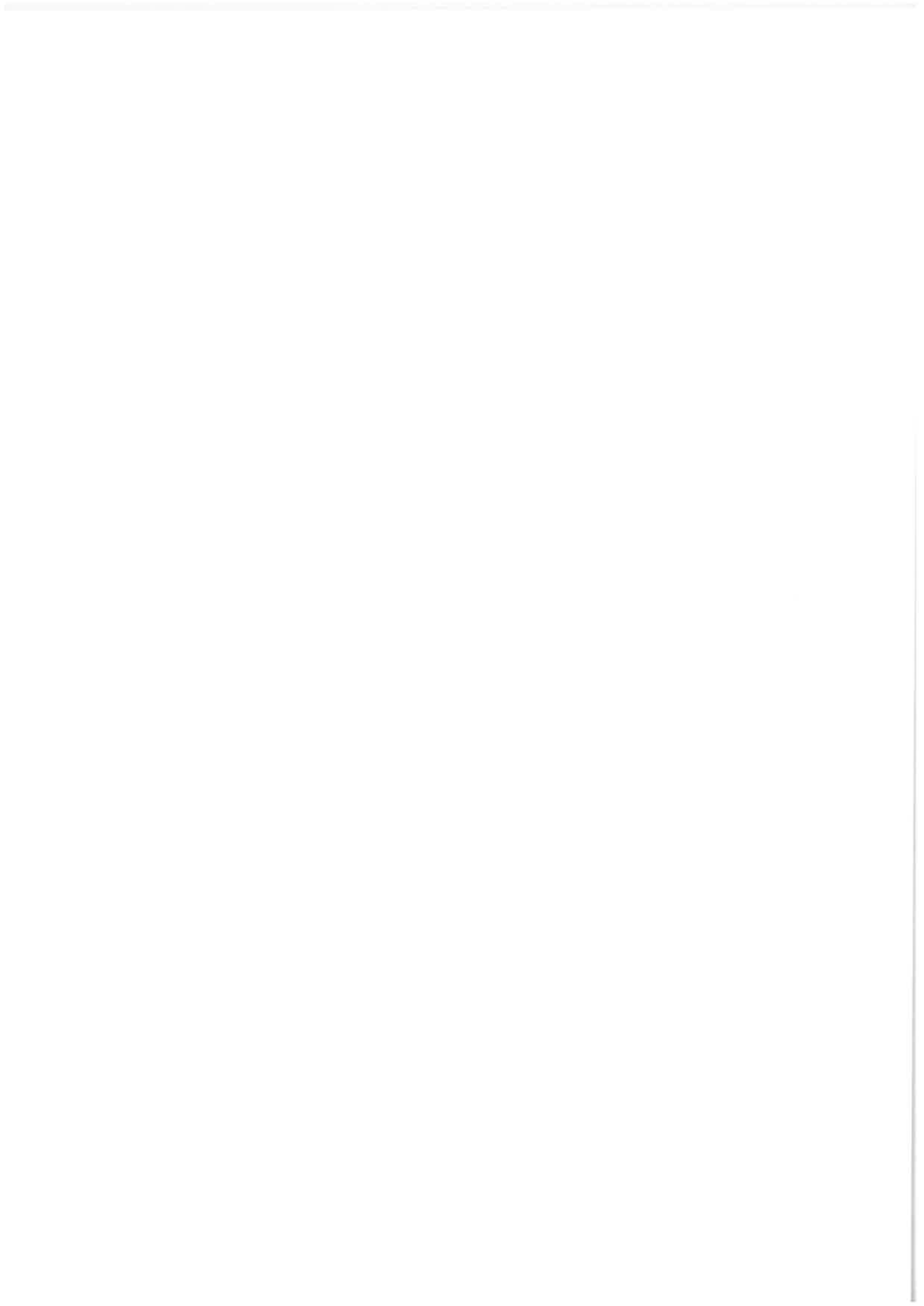
(José Rogério Pereira Fernandes)

O Vice-Presidente

(Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira)

O Secretario-Relator

(Agostinho Mourão Quintelas)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.949.968,06 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.841.711,42 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 442.290,62 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida em a) na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

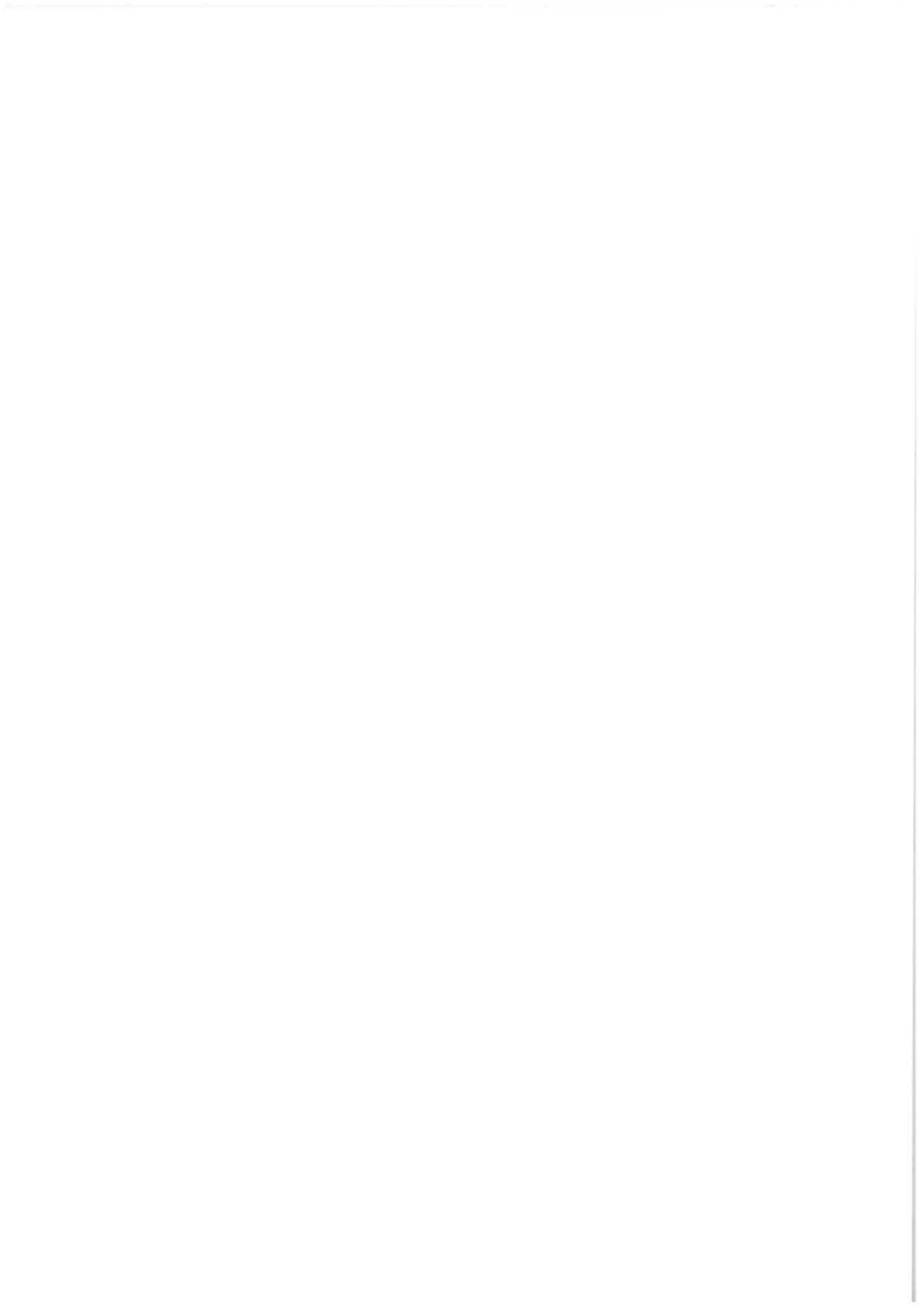
- a) A Entidade tem como procedimento interno imputar os serviços de alimentação e lavandaria, produzidos pela entidade aos diversos departamentos, registando esses montantes na demonstração de resultados, nas rubricas de "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com o Pessoal", no valor de 785.600 euros, reconhecendo a contrapartida na rubrica de "Trabalhos para a Própria Entidade".

Pese embora o efeito líquido deste registo ser nulo, as rubricas de "Fornecimentos e Serviços Externos", "Gastos com o Pessoal" e "Trabalhos para a Própria Entidade" estão sobreavaliadas no referido montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.





### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

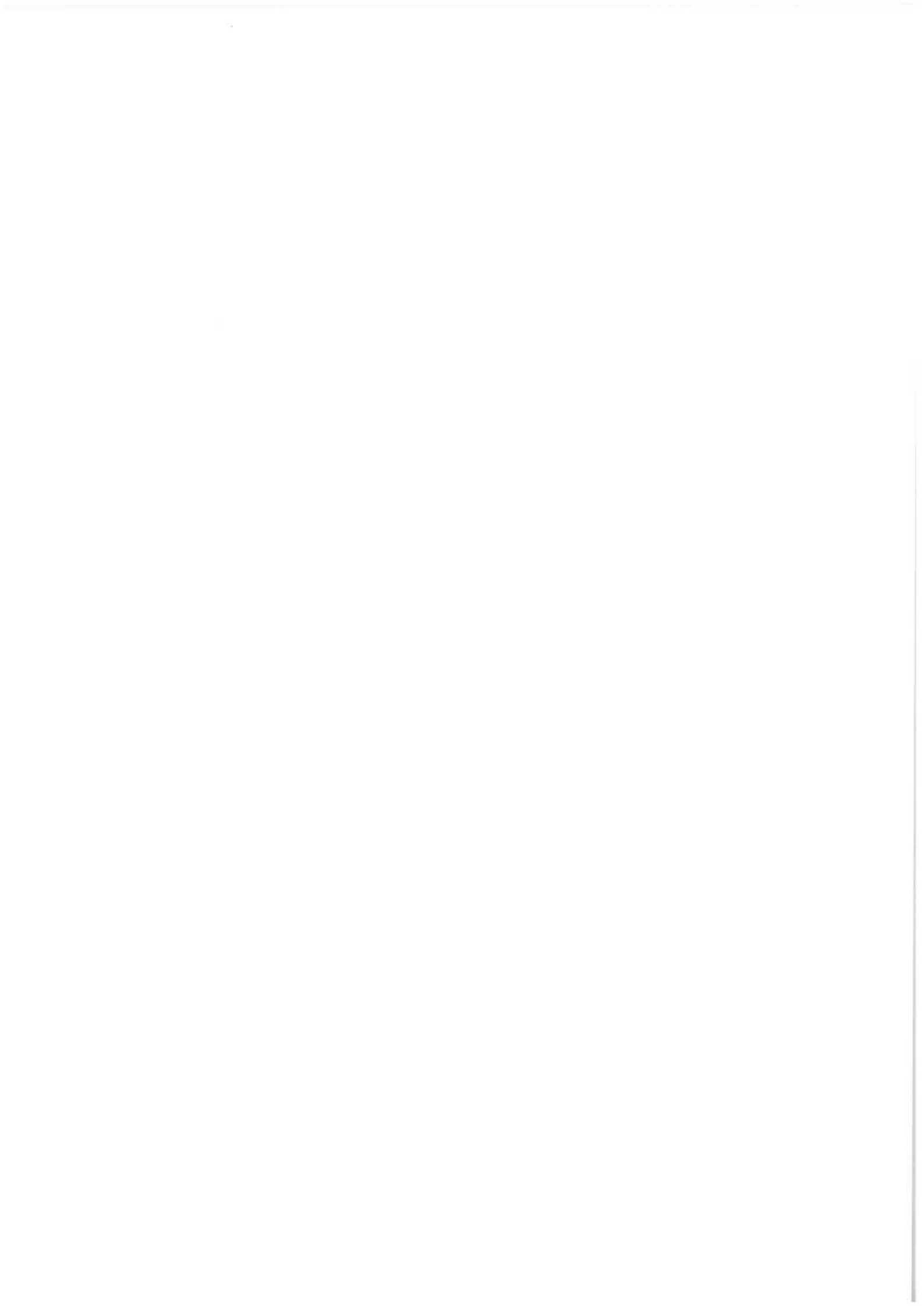
### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;





- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,
- caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

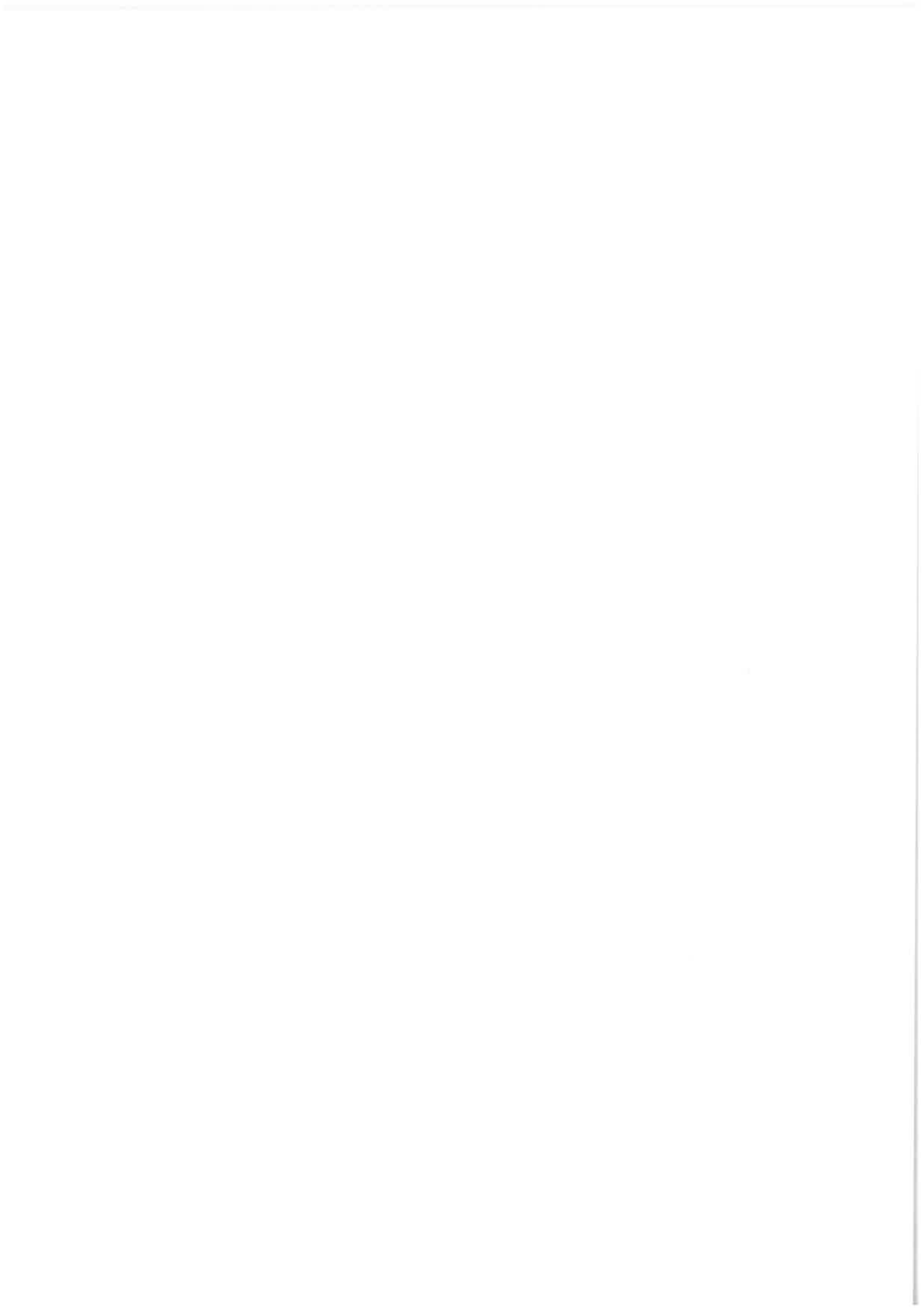
### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos das matérias referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2023



**KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.**  
Representada por Pedro Morais dos Santos



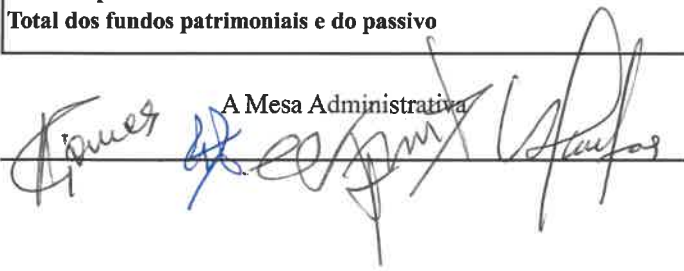




**V ANEXO À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO DE  
2022**



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		7 846 677,46	7 797 684,35
Bens do património histórico e artístico e cultural		882 776,65	882 776,65
Investimentos financeiros		31 116,79	29 573,46
		8 760 570,90	8 710 034,46
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		58 422,93	63 275,64
Créditos a receber		246 836,67	200 920,13
Estado e outros entes públicos		18 151,34	21 090,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		2 825,00	2 670,00
Diferimentos		33 040,11	34 369,94
Outros ativos correntes		562 664,49	183 606,61
Caixa e depósitos bancários		267 456,62	306 332,04
		1 189 397,16	812 265,21
<b>Total do ativo</b>		9 949 968,06	9 522 299,67
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		1 516 678,29	1 516 678,29
Resultados transitados		5 597 951,71	5 989 127,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		2 169 372,04	1 606 717,88
		9 284 002,04	9 112 523,26
Resultado Líquido do Exercício		-442 290,62	-391 175,38
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		8 841 711,42	8 721 347,88
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		87 324,44	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Provisões		54 500,00	4 500,00
		141 824,44	4 500,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		104 584,13	126 756,40
Estado e outros entes públicos		159 878,74	71 844,47
Financiamentos obtidos		10 915,56	0,00
Diferimentos		96 337,53	66 109,68
Outros passivos correntes		594 716,24	531 741,24
		966 432,20	796 451,79
<b>Total do passivo</b>		1 108 256,64	800 951,79
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		9 949 968,06	9 522 299,67

 A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado 



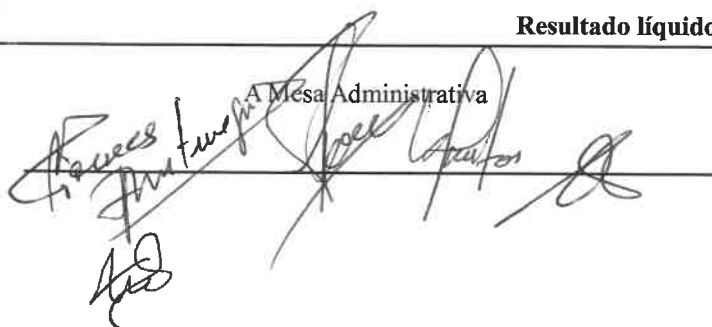
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Contribuinte: 500843090

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	2.242.978,57	2.073.674,05
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.953.684,25	1.793.151,10
Trabalhos para a própria entidade		810.900,83	733.482,67
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	336.777,08	336.323,74
Fornecimentos e serviços externos	14	2.036.297,77	1.807.801,44
Gastos com o pessoal	12	3.411.722,02	3.240.568,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	9;14	786.950,45	746.980,04
Provisões (aumentos/reduções)	14	-50.000,00	0,00
Outros gastos		76.355,64	21.969,69
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-116.638,41</b>	<b>-59.375,93</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	324.571,30	331.781,64
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-441.209,71</b>	<b>-391.157,57</b>
Juros e gastos similares suportados	7;14	1.080,91	17,81
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-442.290,62</b>	<b>-391.175,38</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-442.290,62</b>	<b>-391.175,38</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Mesa Administrativa



Contabilista Certificada





**Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	9	2 144 678,67	2 083 159,94
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	12	1 683 850,37	1 458 829,49
Pagamentos ao pessoal		3 175 597,44	3 094 023,93
Caixa gerada pelas operações		-2 714 769,14	-2 469 693,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos e pagamentos	11	2 706 405,40	2 529 868,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-8 363,74	60 175,20
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		151 760,42	36 078,98
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	5 733,57
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		23 932,77	0,00
Juros e rendimentos similares		156,88	150,30
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-127 670,77	-41 662,25
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	7	-97 159,09	0,00
Juros e gastos similares	7	0,00	17,81
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		97 159,09	-17,81
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-38 875,42</b>	<b>18 495,14</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>306 332,04</b>	<b>287 836,90</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>267 456,62</b>	<b>306 332,04</b>

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada







**MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSIDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)**  
MESMO SUBSIDIÁRIO

CG  
**Conta de Gestão das Instituições  
Parceiras de Solidariedade Social**

ANO 2022 (1)  
MSS 20010181311  
MPC 500043080

CONTAS	DESCRICOES	ANO INICIO UTILIZACAO INVEST.º	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DE AMORTIZ.º	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZACOES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N
					3.º AO 3.º ANO	4.º E 5.º ANO	6.º ANO	7.º ao 5.º ANO	A débito		A crédito	Outros créditos		
		(7)	(8)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
<b>593</b>	<b>SUBSIDIOS</b>													
5931	PIDDAC													
593101	Lar Juvenil - Investimento agora imputado à valência Lar 3º Idade	2002	469.583,35 C	2,00%	9.391,67 C	9.391,67 C	9.391,67 C	9.391,67 C	281.750,01 C	9.391,67 C			0,00 C	
593102	Lar Escola Damas de Casa -	2002	832.095,31 C	2,00%	16.641,91 C	16.641,91 C	16.641,91 C	16.641,91 C	499.257,19 C	16.641,91 C			272.368,34 C	
593103	UAI-ACTUALMENTE LICCI	2006	113.678,00 C	2,00%	2.273,56 C	2.273,56 C	2.273,56 C	2.273,56 C	77.301,04 C	2.273,56 C			482.615,28 C	
...													75.027,48 C	
5932	OUTROS													
593202	C.R.S.S. - AUTO 19(LAR 3º IDADE)	2002	162.109,32 C	2,00%	3.242,19 C	3.242,19 C	3.242,19 C	3.242,19 C	97.265,59 C	3.242,19 C			94.023,41 C	
593201	LAR DE IDOSOS	2002	578.617,54 C	2,00%	11.572,35 C	11.572,35 C	11.572,35 C	11.572,35 C	347.170,52 C	11.572,35 C			335.598,17 C	
593203	C.R.S.S. - LAR HOTEL	2002	287.252,50 C	2,00%	5.745,05 C	5.745,05 C	5.745,05 C	5.745,05 C	176.096,55 C	5.745,05 C			172.351,50 C	
593204	C.C.R.N. (Igreja Antigo Hospital, Igreja Misericórdia)	2002	17.390,09 C	2,00%	347,80 C	347,80 C	347,80 C	347,80 C	10.434,05 C	347,80 C			9.490,73 C	
593205	DGAL - (MUSEU)	2004	29.778,00 C	2,00%	595,56 C	595,56 C	595,56 C	595,56 C	20.249,04 C	595,56 C			19.653,48 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2010	108.344,80 C	33,33%	36.111,32 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2011	47.551,37 C	33,33%	15.648,87 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042***	2011	8.205,07 C	33,33%	2.735,02 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593207	MESSE: Promocimento e Montagem de Ascensor Hidraulico - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2010	12.880,00 C	20,00%	2.560,00 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593301	PRODER - Viaturas	2010	14.838,52 C	**	8.663,26 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593302	PRODER - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2012	25.052,62 C	20,00%	5.010,52 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593303		2013	91.535,27 C	13,50%	11.461,91 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 -Subsídio Carrinhas*	2012	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 -Subsídio Carrinhas	2013	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética - 5- Construção	2014	101.668,30 C	5,00%	5.083,42 C				61.000,88 C	5.083,42 C			55.917,57 C	
593401	Eficiência Energética - 3- Serviços - Estudos Técnicos	2014	7.453,79 C	100,00%	7.453,79 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética -55- Equipamento - de informática, administrativo e básico	2014	3.363,96 C	25,00%	840,99 C				0,00 C	0,00 C			0,00 C	
5936	PARES.3		392.494,00 C											
5937	Sala Didática Florinhas da Neve	2020	12.500,00 C	33,33%	12.498,75 C				0,00 C	6.000,00 C			392.494,00 C	
5938	PRR - MOBILIDADE VERDE	2022	17.432,77 C	20,00%					0,00 C	0,00 C			6.500,00 C	
...													17.432,77 C	
<b>TOTAL SUBS.</b>			<b>3.338.711,81 C</b>		<b>162.557,84 C</b>	<b>80.385,12 C</b>	<b>67.463,61 C</b>	<b>67.463,61 C</b>	<b>1.572.524,98 C</b>	<b>60.893,50 C</b>			<b>1.933.462,73 C</b>	

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. É devedor ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.





### Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Descrição	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período	1 516 678	5 989 127	1 606 718	-391 175	8 721 348
Alterações no Período					
Aplicação do RLE		-391 175	416 427	391 175	416 427
Novos subsídios			-60 894		-60 894
Imputação de subsídios a resultados (#7883)			207 121		207 121
Doações				-442 291	-442 291
Resultado Líquido do ano					
Posição no início do período	1 516 678	5 997 952	2 169 372	-442 291	8 841 711

  
A Mesa Administrativa



# **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**

**Anexo**

**06 de março de 2023**

## Índice

1. Identificação da Entidade .....	4
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1. Bases de Apresentação .....	5
3.1.1. Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	5
3.1.2. Continuidade:.....	5
3.1.3. Compreensibilidade .....	6
3.1.4. Relevância.....	6
3.1.5. Materialidade.....	6
3.1.6. Fiabilidade .....	6
3.1.7. Representação Fidedigna .....	6
3.1.8. Substância sobre a forma.....	7
3.1.9. Neutralidade.....	7
3.1.10. Prudência.....	7
3.1.11. Plenitude.....	7
3.1.12. Comparabilidade .....	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
3.2.1. Fluxos de Caixa .....	8
3.2.2. Ativos Intangíveis .....	8
3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis.....	9
3.2.3. Bens do património histórico e cultural.....	10
3.2.4. Propriedades de Investimento .....	11
3.2.5. Investimentos financeiros.....	12
3.2.6. Inventários .....	12
3.2.7. Instrumentos Financeiros .....	12
3.2.8. Fundos Patrimoniais.....	14
3.2.9. Provisões .....	14
3.2.10. Financiamentos Obtidos.....	15
3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos .....	15
3.2.12. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	16
3.2.13. principais fontes de incertezas das estimativas.....	16
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas .....	17
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	17
3.5. Correção de erros de períodos anteriores .....	17



4. Ativos Fixos Tangíveis .....	17
5. Ativos Intangíveis.....	19
6. Custos de Empréstimos Obtidos .....	20
7. Inventários.....	20
8. Rédito.....	21
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	22
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	23
11. Instrumentos Financeiros .....	23
12. Benefícios dos empregados .....	24
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
14. Outras Informações.....	25
14.1. Investimentos Financeiros.....	25
14.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	25
14.3. Clientes e Utentes .....	26
14.4. Outras contas a receber .....	26
14.4. Diferimentos.....	27
14.5. Caixa e Depósitos Bancários.....	27
14.6. Fundos Patrimoniais.....	28
Subsídios ao investimento.....	28
Doações.....	28
14.7. Fornecedores .....	28
14.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	29
14.9. Outras Contas a Pagar.....	29
14.10. Subsídios, doações e legados à exploração .....	29
14.11. Fornecimentos e serviços externos.....	30
14.12. Outros rendimentos .....	30
14.13. Outros gastos.....	30
14.14. Resultados Financeiros .....	31
14.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	31

## 1. Identificação da Entidade

1.1

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

NIPC - 500843090

1.2

Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral

5000-663 Vila Real

1.3

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é Associação de Fiéis, reconhecida na ordem jurídica Canónica, cuja finalidade consiste na prática das catorze obras da Misericórdia, tanto Corporais como espirituais, é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 267, Série III de 18-11-1992, e que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (CAE 87301).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração (CAE 86100).

No contexto educacional, exerce a atividade de Educação Pré-escolar (CAE 85100) e de cuidados para crianças sem alojamento (CAE 88910).

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)



A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012. Pelo que, à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo, é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012, aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento, à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### ***3.1.3. Compreensibilidade***

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### ***3.1.4. Relevância***

Toda a informação produzida é relevante, quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### ***3.1.5. Materialidade***

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### ***3.1.6. Fiabilidade***

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### ***3.1.7. Representação Fidedigna***

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores, recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8. Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9. Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10. Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia, conferem graus de incerteza mais ou menos evidenciados que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11. Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12. Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas, afetadas pela reclassificação, devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados, agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período de cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3

### 3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados, ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes, que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	1-50
Equipamento básico	1-50
Equipamento de transporte	1-5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1-10
Outros Activos fixos tangíveis	1-50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que os mesmos estejam em condições de serem utilizadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada das incorporações em causa.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### **3.2.3. Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção. As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.4. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente, na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção, na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”, até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

As contas da entidade apresentam valores irrelevantes nesta categoria de ativos, sendo que tais valores se encontram mensurados ao custo de aquisição, não evidenciando sinais de imparidade no final do período.

### 3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro, efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo, menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas, àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao

portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

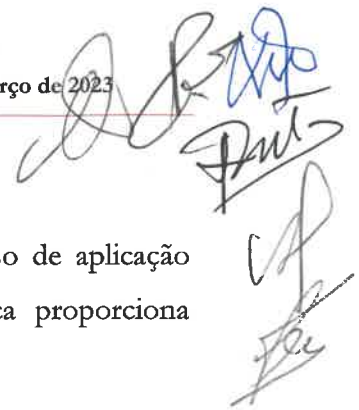
As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### ***3.2.12. Principais pressupostos relativos ao futuro***

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2022. Nestas condições, não têm lugar os riscos associados ao pressuposto da continuidade.

### ***3.2.13. principais fontes de incertezas das estimativas***

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.



### 3.3. Alterações nas políticas contabilísticas

indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não houve alterações nas políticas contabilísticas no contexto do período de 2022.

### 3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas

indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não foram alteradas estimativas contabilísticas no período de 2022.

### 3.5. Correção de erros de períodos anteriores

Indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No período de 2022 não foram detetados nem corrigidos erros materiais de períodos anteriores.

No período de 2022 não foram detetados nem corrigidos quaisquer erros materiais de períodos anteriores.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Ver 3.2.3.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
<b>Total</b>	<b>882 776,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>882 776,65</b>

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
<b>Total</b>	<b>882 776,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>882 776,65</b>

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	12 851 518,10					12 851 518,10
Equipamento básico	1 197 257,29					1 197 257,29
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	630 078,34	13024,10				643 102,44
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	460 791,02	19510,24				480 301,26
<b>Total</b>	<b>15 463 873,23</b>	<b>32 534,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 496 407,57</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	5 490 251,73	294 680,98				5 784 932,71
Equipamento básico	1 082 731,29	8 368,61				1 091 099,90
Equipamento de transporte	151 720,39	2 550,00				154 270,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	557 267,77	25931,58				582 684,52
Outros Ativos fixos tangíveis	85 485,23	250,47				85 735,70

<b>Total</b>	<b>7 367 456,41</b>	<b>331 781,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 698 723,22</b>
--------------	---------------------	-------------------	-------------	-------------	-------------	---------------------

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	12 851 518,10	207 120,90				13 058 639,00
Equipamento básico	1 197 257,29	22976,27				1 220 233,56
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	643 102,44	14757,08				657 859,52
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	480 301,26	128710,16				609 011,42
<b>Total</b>	<b>15 496 407,57</b>	<b>373 564,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 869 971,98</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	5 784 932,71	294 008,77				6 078 941,48
Equipamento básico	1 091 099,90	6 436,56				1 100 096,73
Equipamento de transporte	154 270,39	2 550,00				156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	582 684,52	21 325,50				601 449,75
Outros Ativos fixos tangíveis	85 735,70	250,47				85 986,17
<b>Total</b>	<b>7 698 723,22</b>	<b>324 571,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 023 294,52</b>

## 5. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00

<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>
--------------	-------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------------

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10 915,56	87 324,44	98 240,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10 915,56</b>	<b>87 324,44</b>	<b>98 240,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Em 2021 e 2022 não houve lugar a qualquer capitalização de custos de empréstimos obtidos, tendo os mesmos sido diretamente registados como gastos do período.

## 7. Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Ver 3.1 b).



7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	91 654,07	415110,62	0,00	63 275,64	329328,38	2 595,99	55 826,94
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>91 654,07</b>	<b>415 110,62</b>	<b>0,00</b>	<b>63 275,64</b>	<b>329 328,38</b>	<b>2 595,99</b>	<b>55 826,94</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				336 323,74			336 777,08
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:


- a) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
-----------	------	------



Vendas	28 478,63	26 939,63
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	2 209 779,94	2 042 114,42
Quotas e jóias	4 720,00	4 620,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	156,88	156,88
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 243 135,45</b>	<b>2 073 830,93</b>

### 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	4 500,00	50 000,00	0,00	54 500,00
<b>Total</b>	<b>4 500,00</b>	<b>50 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54 500,00</b>

O aumento/diminuição da provisão, deve-se ao facto de em 31 de dezembro de 2022, de acordo com um dos advogados da Instituição, existir um processo judicial em curso intentado contra a Instituição

, cujo desfecho, possa resultar em responsabilidades para a Instituição com impacto nas demonstrações financeiras, pelo que se inscreveu a provisão, para eventual desfecho, no valor de 50 000,00€.

#### Passivos contingentes

A constituição da desta da provisão" deve-se ao facto de estarmos a prever uma perda desse valor, relativamente a um processo de regularização do enquadramento de uma prestadora de serviços do nosso equipamento Unidade de cuidados Continuados Integrados, que teve de ser enquadrada como colaboradora do quadro, como efeitos retroativos de 3 anos.

Em 2018, a Segurança Social veio reivindicar a dedução de 4.973,81€, correspondentes a transferências pecuniárias que diz ter indevidamente feito para a entidade ao longo do período de 2006 até março de 2016, até ao final de 2020 ainda não haviam dado uma resposta ao nosso pedido de esclarecimento ao respetivo valor, continua suspenso no que diz respeito à cobrabilidade do valor.

Não foi reconhecida provisão a propósito desta situação, sendo aqui encarada como passivo contingente.

### Ativos contingentes

A Entidade foi mencionada num testamento por via do qual poderá vir a ser beneficiada com alguns ativos. Não havendo ainda condições para reconhecer tais ativos, tal reconhecimento não foi ainda consumado.

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
<b>Subsídios do Governo</b>		
Acordos de Cooperação e protocolos	1 861 172,00	1 667 531,28
<b>Subsídios de Outras Entidades</b>		
Outros Subsídios	74 790,01	113 172,91
<b>Doações e Heranças</b>		
Donativos em espécie e Numerário	5 322,30	3 277,21
Outros Donativos (processos judiciais)	10 330,00	6 550,00
Consignação Fiscal de IRS e IVA	2 069,94	2 619,70
<b>Total</b>	<b>1 953 684,25</b>	<b>1 793 151,10</b>

## 11. Instrumentos Financeiros

### 11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas

Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Ver 3.2.

### 11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

A Entidade não dispõe de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Nenhuma das situações acabadas de expor foi quantitativamente refletida nas Contas, ora objeto de relato.

## 12. Benefícios dos empregados

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras, e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2022, foi de 7 elementos. De um período para o outro não se verificaram alterações relativas à composição da mesa administrativa.

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

O número médio de pessoas efetivamente ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “200” e em 31/12/2021 foi de “204”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 366 224,73	2 313 901,96
Benefícios Pós-Emprego	0,00	427,93
Indemnizações	33 005,99	1 333,23
Encargos sobre as Remunerações	616 369,38	552 842,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27 770,68	22 337,71
Gastos de Ação Social	110 267,48	111 000,74
Outros Gastos com o Pessoal	258 083,76	238 724,76
<b>Total</b>	<b>3 411 722,02</b>	<b>3 240 568,92</b>

## 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

No entanto, em relação às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderão ainda decorrer da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2022 de 8 856,00€ e 2021 de 6 426,75€.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

## 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 14.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>31 116,79</b>	<b>29 573,46</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>31 116,79</b>	<b>29 573,46</b>

### 14.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	2 825,00	2 670,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 825,00</b>	<b>2 670,00</b>
<b>Passivo</b>		

Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	141 746,00	122 073,19
Utentes	63 996,27	41 900,30
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	27 213,79	27 213,79
Utentes	20 938,20	20 938,20
<b>Clientes e Utentes _perdas por imparidade acumuladas</b>		
Clientes		
Utentes	20 938,20	20 938,20
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Nos períodos de 2022 e 2021 estavam registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	-20 938,20	-20 938,20
<b>Total</b>	<b>-20 938,20</b>	<b>-20 938,20</b>

No entanto, há que ter em consideração o seguinte:

- Encontra-se em aberto o valor de 1.057,31€ correspondente a um crédito sobre um cliente (inquilino), o qual foi reclamado judicialmente, tendo a decisão respetiva sido completamente favorável à entidade. O ex-inquilino tem vindo a pagar a prestação mensal.
- Encontra-se em posse do advogado a cobrança de um crédito sobre o cliente da UCCI "SAD/ADMG-Divisão de Assistência na Doença da GNR", no valor de 27 213,79 €. O referido advogado tem estado a desenvolver as diligências necessárias à efetiva cobrança deste crédito, sendo que a própria União das Misericórdias tomou em mão a resolução deste assunto pelo facto de muitas outras instituições se defrontarem com problemas de cobrança de créditos análogos. Nesta data, não se dispõe de informação segura quanto à viabilidade da realização do crédito em causa, pelo facto de se desconhecer o ponto de situação das diligências que a União das Misericórdias tem vindo a fazer. Face ao predito e à antiguidade do saldo, é possível que estejamos perante um crédito incobrável, embora se trate de uma possibilidade. Do ponto de vista contabilístico, os 27.213,79 € foram reconhecidos como um "crédito de cobrança duvidosa"; porém, não foi contabilisticamente reconhecida a

correspondente imparidade. Desta forma e numa perspetiva contabilística, trata-se uma situação contingente, a qual poderá resultar numa perda efetiva a curto prazo. Por conseguinte, os resultados de 2022 não se encontram afetados por esta situação contingente, podendo os resultados futuros (porventura já os resultados de 2023) vir a refletir uma perda pelo valor do crédito em causa.

#### 14.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	171,03	-499,71
Adiantamentos ao pessoal	11 813,78	9 732,85
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	135 058,32	143 568,46
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	430 408,66	42 840,64
Perdas por Imparidade	-2 802,49	-2 802,49
<b>Total</b>	<b>574 649,30</b>	<b>192 839,75</b>

Na rubrica Outras Contas a Receber, subrubrica outros devedores, registou-se a 31 de dezembro de 2022, o valor aprovado em candidatura a Fundos Comunitários PARES.3 com o N° 67500, que nos atribuiu a Fundo Perdido o valor de 392 494,00€.

#### 14.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	33 040,11	34 369,94
<b>Total</b>	<b>33 040,11</b>	<b>34 369,94</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	43 151,66	42 319,68
Receitas utentes/clientes	19 110,59	23 790,00
Atualizações de Participações	34 075,28	
<b>Total</b>	<b>96 337,53</b>	<b>66 109,68</b>

#### 14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 303,09	464,06
Depósitos à ordem	266 153,53	305 867,98
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>267 456,62</b>	<b>306 332,04</b>

#### 14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 516 678,29	0,00	0,00	1 516 678,29
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5 989 127,09	0,00	-391 175,38	5 597 951,71
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 606 717,88	623 547,67	60 893,51	2 169 372,04
<b>Total</b>	<b>9 112 523,26</b>	<b>623 547,67</b>	<b>-330 281,87</b>	<b>9 284 002,04</b>

Doações recebidas no montante de cerca de 207 000€, sendo o principal efeito justificado pela doação do Imóvel Rua Dr Pedro Cunha Serra, 13 Artº22, pelo Dr Orlando. Este imóvel tem associado um direito de usufruto vitalício pela Sua esposa Dr Maria Augusta.

Novos Subsídios Reconhecidos no valor de cerca 416 000€, sendo o mais relevante associado ao subsidio PARES.3 cujo contrato foi assinado em 2022, mas relativamente ao qual em 2022 ainda não havia sido realizado qualquer investimento.

#### Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

#### Doações

As doações relacionadas com AFT são reconhecidas nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, tal como, o acréscimo ocorrido a 31 de dezembro de 2022, relação a uma doação por herança de um Imóvel situado na Rua Dr Pedro Cunha Serra, 13 Artº22, no VPT (Valor Patrimonial Tributário) de 207 120,90€.

#### 14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	104 584,13	126 756,40



Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>104 584,13</b>	<b>126 756,40</b>

#### 14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 547,82	20 106,23
Outros Impostos e Taxas	518,52	824,51
<b>Total</b>	<b>18 066,34</b>	<b>20 930,74</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o IRS TI	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	37 820,00	14 859,00
Segurança Social	121 243,96	56 906,52
Outros Impostos e Taxas	814,78	78,95
<b>Total</b>	<b>159 878,74</b>	<b>71 844,47</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, bem como à restituição de IVA suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro).

social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro).

#### 14.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		499,71
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		502 565,39		470 797,87
Adiantamento Utentes		30 513,21		35 664,80
Clientes c/c		1 895,80		1 895,80
Outros credores		2 802,49		2 802,49
Provisões		54 500,00		4 500,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>592 276,89</b>	<b>0,00</b>	<b>516 160,67</b>

#### 14.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 861 172,00	1 667 531,28
Subsídios de outras entidades	74 790,01	113 172,91

Doações e heranças	17 722,24	12 446,91
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 953 684,25</b>	<b>1 793 151,10</b>

As participações do Centro Regional de Segurança Social de Vila Real estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

#### 14.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	1 076 050,13	985 964,01
Serviços especializados	279 855,25	297 325,27
Materiais	90 033,72	94 165,96
Energia e fluidos	519 401,08	351 029,83
Deslocações, estadas e transportes	2 968,03	58,32
Serviços diversos	67 989,56	79 258,05
<b>Total</b>	<b>2 036 297,77</b>	<b>1 807 801,44</b>

#### 14.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	7 905,27	12 645,03
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	701 714,00	654 417,85
Outros rendimentos	77 174,30	79 760,28
<b>Total</b>	<b>786 793,57</b>	<b>746 823,16</b>

#### 14.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	3 706,19	2 334,81
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	72 649,45	19 634,88
<b>Total</b>	<b>76 355,64</b>	<b>21 969,69</b>

#### 14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 080,91	17,81
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 080,91</b>	<b>17,81</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	156,88	156,88
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>156,88</b>	<b>156,88</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-924,03</b>	<b>139,07</b>

#### 14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, em 06 de março de 2023

Vila Real, 06 de março de 2023

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado





## A Mesa Administrativa

**Provedor**

*Padre José Joaquim Dias Gomes*  
-----  
(Padre José Joaquim Dias Gomes)

**Vice-Provedor**

*Vitor Manuel Gonçalves dos Santos*  
-----  
(Vitor Manuel Gonçalves dos Santos)

**Secretário**

*Jorge Armando Pinto Montenegro Machado*  
-----  
(Jorge Armando Pinto Montenegro Machado)

**Tesoureiro**

*Manuel Luís P. Oliveira Brochado*  
-----  
(Manuel Luís P. Oliveira Brochado)

**1.º Vogal**

*Maria Valentina Machado Taveira Campos*  
-----  
(Maria Valentina Machado Taveira Campos)

**2.º Vogal**

*Carlos Eduardo de Sousa Teixeira*  
-----  
(Carlos Eduardo de Sousa Teixeira)

Aprovado em Assembleia-Geral de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Mesa da Assembleia-Geral**

*João Augusto*  
-----  
*João Augusto*  
-----  
*Benjamin*  
-----

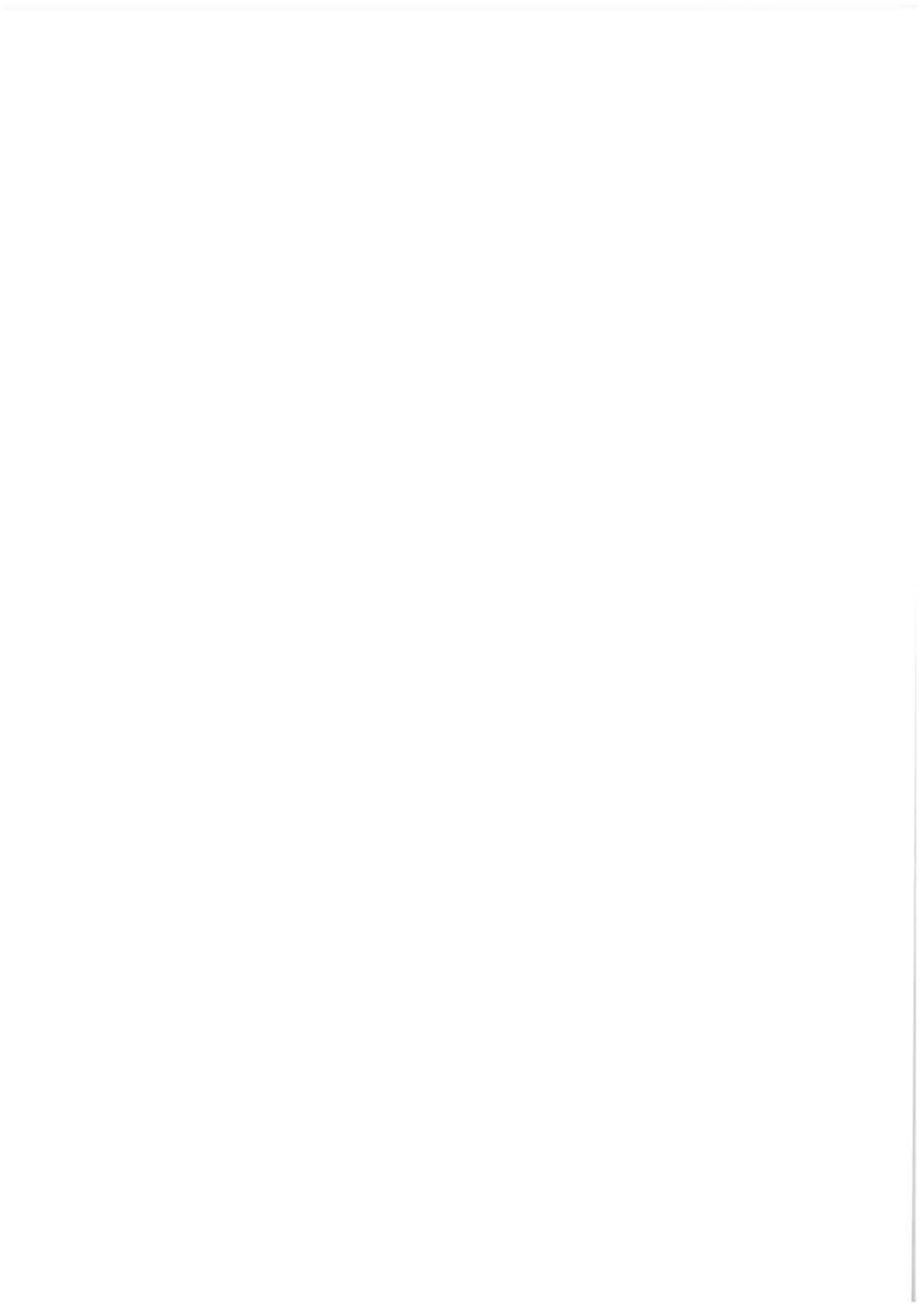
Handwritten text, possibly a signature or name, located in the upper middle section of the page.

Handwritten text, possibly a signature or name, located in the middle section of the page.



## **VI RELATÓRIOS SECTORIAIS**

### **Visita às nossas Obras Sociais**







## 6. RESPOSTAS SOCIAIS

### 6.1 Infância e Juventude

#### 6.1.1 Creche

A creche “constitui uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado, exterior ao seu círculo familiar, onde irá ser integrada e no qual se pretende que venha a desenvolver determinadas competências e capacidades” (Manual dos processos chave:02). Nota-se cada vez mais uma preocupação crescente com os primeiros anos de vida da criança e além disso, o “[...] reconhecimento da importância desta fase do desenvolvimento da criança enquanto indivíduo” (Idem:2). Importa salientar, recorrendo a Gabriela Portugal, citada por Vasconcelos (2000:85) que a creche permite “a estimulação cognitiva, socio emocional e física oferecida à criança, realizada através das atividades e relações interpessoais que se desenvolvem com esta”.

#### Considerações mais relevantes:

#### São objetivos específicos da Creche

- 1-Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar
- 2- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva e física durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento Individualizado
- 3 - Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças
- 4 .Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, assegurando o seu encaminhamento adequado
- 5- Orientar para a comunidade educativa no pré-escolar, seguindo os mesmos princípios pedagógicos
- 6.Associar-se e envolver-se em ações educativas promovidas pela comunidade

(Regulamento interno )



### Distribuição das crianças

<b>IDADES</b>	<b>Nº DE SALAS</b>	<b>TOTAL DE CRIANÇAS</b>
3 meses até aquisição da marcha	3	22
Aquisição da marcha a 24 meses	4	41
24 a 36 meses	4	60
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>122</b>

### FINALIDADES



### Plano anual de atividades

<b>ATIVIDADES</b>	<b>OBJETIVOS</b>
ENTRUDO 25 FEVEREIRO	Reconhecer e valorizar as tradições
DIA DO PAI 18 DE MARÇO	Valorizar o papel da família na sociedade atual; Incentivar as relações de afeto entre pai e filho(a).
DIA DA ÁRVORE/AGRICULTURA/ÁGUA/PRIMAVERA/ FLORESTA 21 DE MARÇO	Sensibilizar as crianças para a prática diária de proteção da natureza; Promover a mudança de atitudes e comportamentos.
DIA MUNDIAL DA TERRA 22 DE ABRIL	Promover a socialização entre crianças e colaboradoras Proporcionar um ambiente de convívio e harmonia Alertar as crianças para a proteção dos animais e do meio ambiente



<b>ATIVIDADES</b>	<b>OBJETIVOS</b>
<b>DIA DA MÃE</b> <b>1 DE MAIO</b>	Valorizar o papel da família na sociedade atual; Incentivar as relações de afeto entre mãe e filho(a).
<b>DIA MUNDIAL DA CRIANÇA</b> <b>4 DE JUNHO</b>	Promover um momento de convívio lúdico e de relaxamento às crianças.
<b>ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES</b> <b>1 DE JULHO</b>	Divulgar junto da comunidade educativa, os projetos desenvolvidos pelos grupos ao longo do ano.



## 6.1.2 Pré-Escolar

### População Alvo:

O JARDIM DE INFÂNCIA TEVE A FREQUENTAR:

- ✓ 83 CRIANÇAS DISTRIBUÍDAS POR 4 SALAS DE ATIVIDADES (DE JANEIRO A AGOSTO)
- ✓ 77 CRIANÇAS DISTRIBUÍDAS POR 3 SALAS DE ATIVIDADES (DE SETEMBRO A DEZEMBRO)

### Dados Estatísticos:

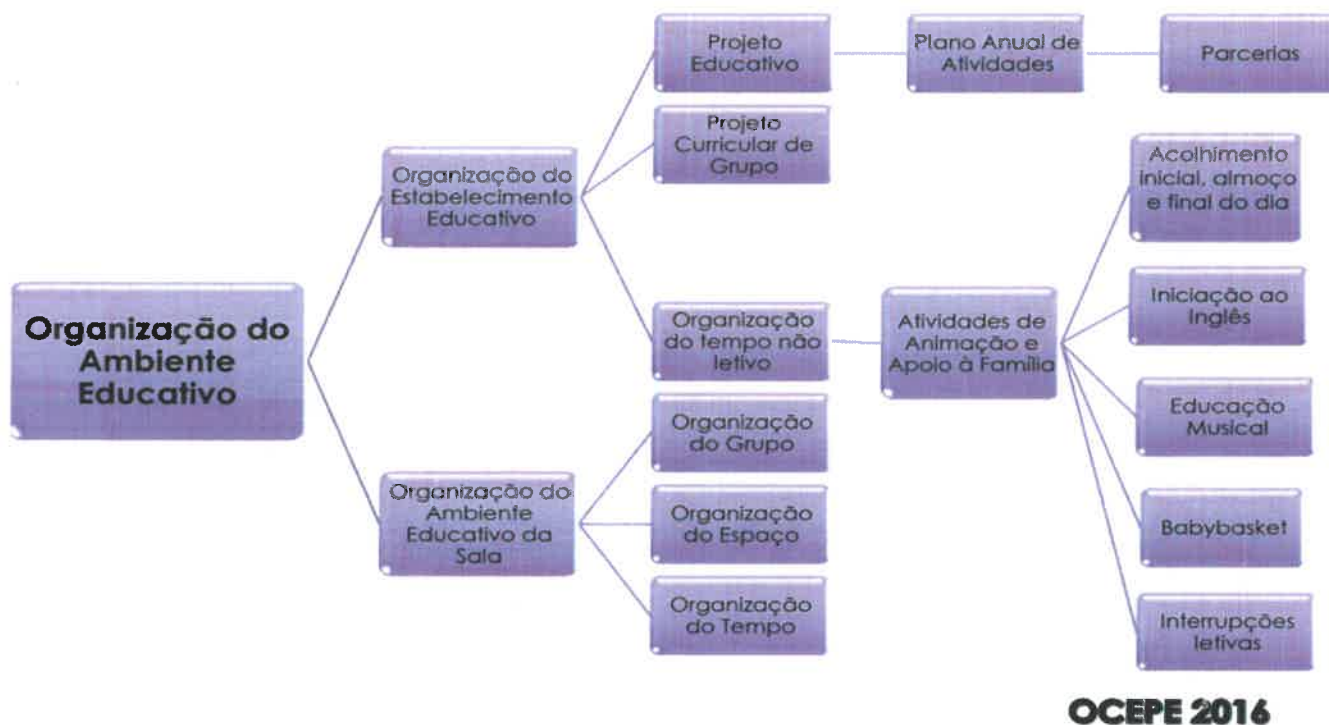
#### **Considerações mais relevantes:**

1. Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências da vida democrática numa perspetiva para a cidadania;
2. Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
3. Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
4. Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais incluindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
5. Desenvolver a expressão e a comunicação através de múltiplas como meios de relação, de informação estética e compreensão do mundo;
6. Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
7. Proporcionar à criança ocasiões de bem estar e de segurança nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
8. Preparar a criança para o ingresso no ensino básico fomentando hábitos de atenção, estudo e trabalho;
9. Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
10. Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

(Regulamento Interno:2016)



## Ambiente Educativo



## PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

- ❑ 25 de fevereiro – Carnaval
- ❑ 18 de março – Dia do Pai
- ❑ 21 de março – Dia Mundial da Árvore
- ❑ 29 de abril – Dia da Mãe
- ❑ 1 de junho – Dia Mundial da Criança
- ❑ 30 de junho – Dia do Finalista
- ❑ Início do ano letivo – 16 de setembro de 2022
- ❑ São Martinho – 11 de novembro de 2022
- ❑ Dia Nacional do Pijama – 21 de novembro de 2022
- ❑ Feira do Outono – 3 de dezembro de 2022
- ❑ Festa de Natal – 15 de dezembro de 2022



### 6.1.3 - Caracterização dos Utentes do Lar Escola Florinhas da Neve

#### População Alvo:

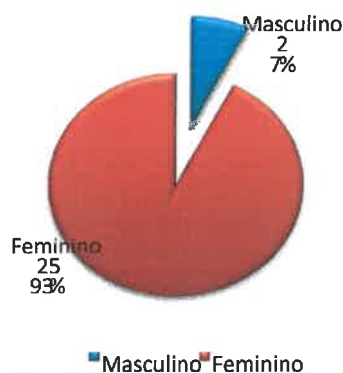
- Utentes em Acolhimento Residencial a 31 de dezembro de 2022: **27**
- Média da Frequência Anual de Utentes: **28**

#### Dados Estatísticos:

##### Caracterização dos Utentes em função do género em Acolhimento Residencial

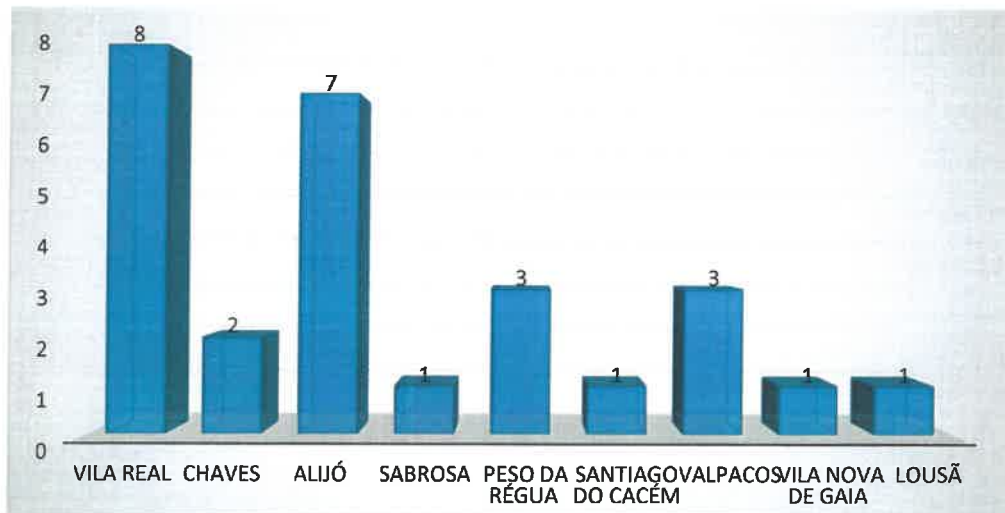
##### Concelho de sinalização dos Utentes em Acolhimento

Género	Total
Masculino	2
Feminino	25
<b>Total</b>	<b>27</b>



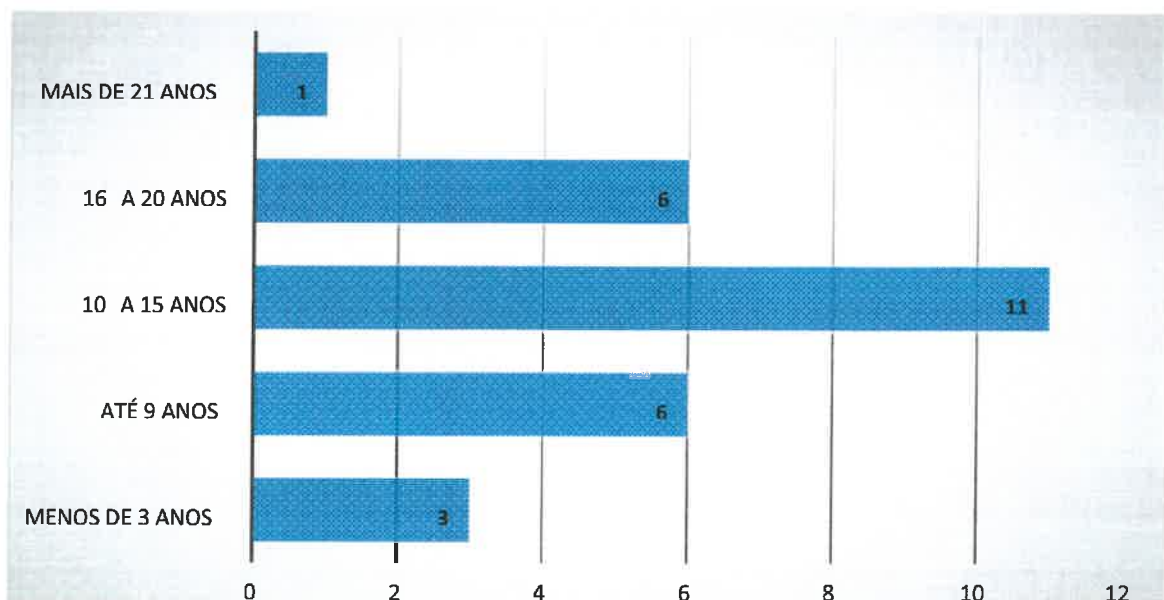
##### Residencial

Concelho de sinalização dos Utentes	
Vila Real	8
Chaves	2
Alijó	7
Sabrosa	1
Lousã	1
Santiago do Cacém	1
Peso da Régua	3
Valpaços	3
Vila Nova de Gaia	1
<b>Total</b>	<b>27</b>



### Idades dos Utentes em Acolhimento Residencial

Idades dos utentes	
Menos de 3 anos	3
Até 9 anos	6
10 a 15 anos	11
16 a 20 anos	6
Mais de 21 anos	1
<b>Total</b>	<b>27</b>





### Tempo de Permanência dos Utentes em Acolhimento Residencial

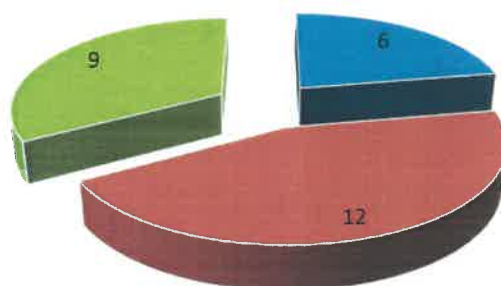
Tempo de Acolhimento	
Menos de 1 ano	6
Até 9 anos	19
10 a 15 anos	1
16 a 20 anos	1
+ de 21 anos	0
<b>Total</b>	<b>27</b>

### Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial com Fratrias

Crianças com Irmãos no Lar Residencial
1 Fratria de 2 irmãos
1 Fratria de 3 irmãos
1 Fratria de 5 irmãos

### Entidades Responsáveis pelo Processo de Promoção e Proteção do Utente

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
Regulação das Responsabilidades Parentais	6
EMAT - Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais	12
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	9
<b>Total</b>	<b>27</b>



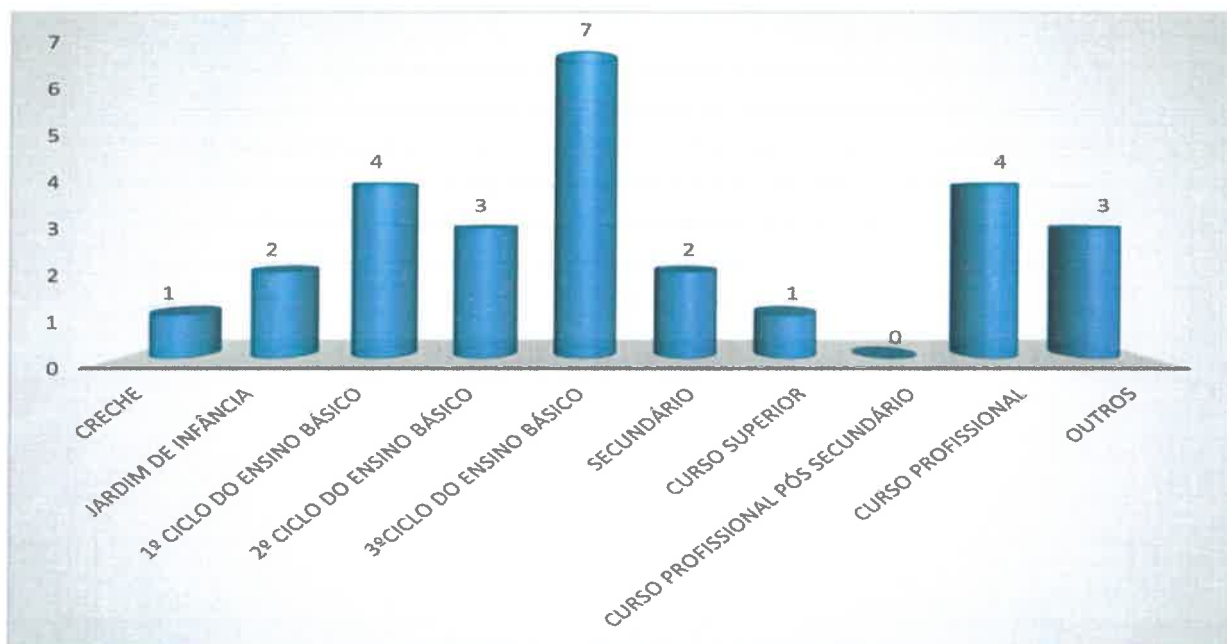
- Regulação das Responsabilidades Parentais
- EMAT - Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico a Tribunais
- CPCJ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens





### Nível de Ensino Frequentado dos Utentes em Acolhimento Residencial

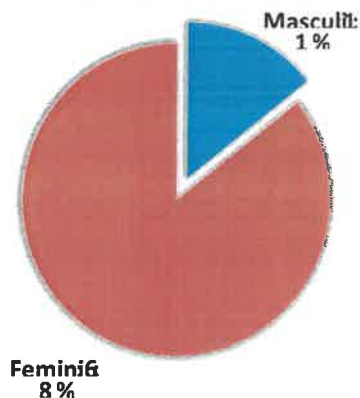
Nível de Ensino	
Creche	1
Jardim de Infância	2
1º Ciclo do Ensino Básico	4
2º Ciclo do Ensino Básico	3
3º Ciclo do Ensino Básico	7
Secundário	2
Curso Profissional	4
Curso Profissional Pós-Secundário	0
Curso Superior	1
Outros	3
<b>Total</b>	<b>27</b>



### Dados Estatísticos das Entradas em Acolhimento Residencial no Ano de 2022

- Caracterização dos utentes em função do género:

Género	Total
Masculino	1
Feminino	6
<b>Total</b>	<b>7</b>





### Concelho de sinalização dos utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2022

Concelho de sinalização dos Utentes	
Vila Real	2
Vila Nova de Gaia	1
Vila Pouca de Aguiar	1
Santiago do Cacém	1
Peso da Régua	1
Valpaços	1



### Idades dos Utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2022

Idades dos utentes	
Menos de 1 ano	3
Até 9 anos	2
10 a 15 anos	2
16 a 20 anos	0
Mais de 21 anos	0
<b>Total</b>	<b>7</b>



**Quadro Geral – Data de Nascimento; Data de Admissão e Concelho de sinalização dos Utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2022**

Data Nascimento	Idade à data de admissão	Data Admissão	Concelho de sinalização
19.06.2008	13 anos	24.03.2022	Santiago do Cacém
27.03.2022	2 meses	30.05.2022	Vila Nova de Gaia
13.08.2009	12 anos	23.06.2022	Vila Real
28.07.2018	3 anos	30.06.2022	Peso da Régua
02.04.2021	1 ano	08.07.2022	Vila pouca de Aguiar
07.07.2022	6 dias	13.07.2022	Vila Real
10.11.2022	22 dias	02.12.2022	Valpaços

**Motivo de Acolhimento Residencial dos Utentes no Ano 2022**

Motivo de Acolhimento dos Utentes em 2022 *	
Falta de competências parentais; exposição a modelos comportamentais desviantes; ausência de suporte familiar;	3
Suspeita de maus tratos físicos e psicológicos; comportamentos de risco	2
Abandono	2
<b>Total</b>	<b>7</b>

**\*NOTA:** Quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.

**Dados Estatísticos das Saídas de Acolhimento Residencial no Ano de 2022**

Número de Crianças/Jovens que saíram do Acolhimento Residencial no Ano de 2022	12
--	----

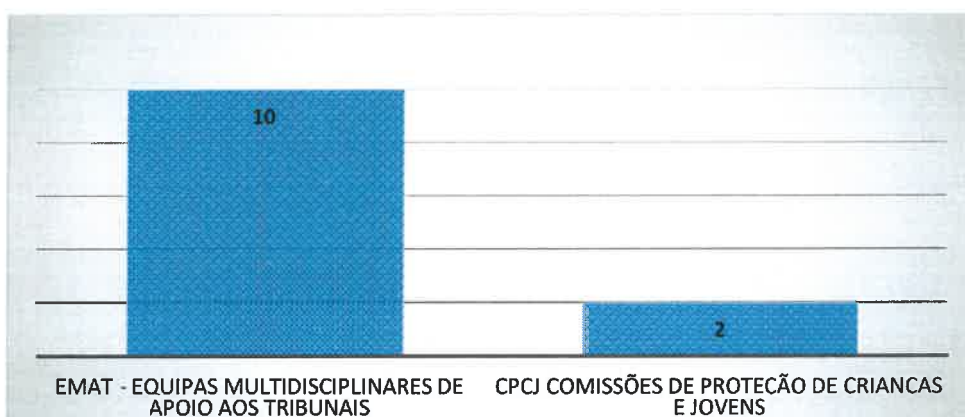
**Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção**

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais	10
CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	2
<b>Total</b>	<b>12</b>



### Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento Residencial no Ano de 2022

Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento Residencial no Ano de 2022*	
Adoção	1
Apoio Junto dos pais	6
Apoio junto de outro familiar	2
Transferência de Instituição	1
Autonomização	2
<b>Total</b>	<b>12</b>



### 6.1.4 Centro de Apoio à Vida

#### População Alvo:

- Utentes acolhidas em 31/12/2022: 1 Utentes com 1 filha

#### Dados Estatísticos:

Origem das utentes em Acolhimento	
Valpaços	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

Idades das utentes Acolhimento		Idades dos bebés em acolhimento com as mães		Género
19 anos	1	3 ano	1	Feminino
<b>Total</b>				<b>1</b>



### Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção das utentes em Acolhimento

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção das utentes em Acolhimento	
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

### Nível de Ensino frequentado/Situação Profissional pelas utentes de Acolhimento

Nível de Ensino frequentado/Situação Profissional pelas utentes de Acolhimento	
Ensino secundário profissional: 12º ano	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

### Tempo de permanência das Utes em Acolhimento:

Tempo de permanência das Utes em Acolhimento	
Mais de 3 anos	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

À data de 31 de dezembro de 2022, o Centro de Apoio à vida Florescer acolhia apenas um agregado familiar constituído por uma mãe (de 19 anos de idade) e a sua filha (de 3 anos de idade). Este agregado é proveniente do concelho de Valpaços, encontra-se em acolhimento há mais de 3 anos, dado que a mãe deu entrada em CAV ainda grávida. A jovem mãe encontra-se a frequentar o 12º ano do ensino profissional e tem como projeto de vida a autonomização, pretendendo no final do 12º ingressar no mercado de trabalho para reunir condições financeiras para tal.

### Dados Estatísticos de Entradas em 2022 -Entrada de utentes em Acolhimento 2022

Entrada de utentes em Acolhimento 2022				Filhos das utentes	
Data Nascimento	Idade	Data Admissão	Origem	Data Nascimento	Idade
30.11.2001	20	19.04.2022	Vila Nova de Gaia	27.03.2022	24 dias
26.11.2002	19	16.11.2022	Valpaços	10.11.2022	6 dias
<b>Total - 2 Utes</b>				<b>Total bebés: 2</b>	



Motivo do Acolhimento das Utentes em 2022*	
Falta de competências parentais	2
<b>Total</b>	<b>2</b>

Motivo do Acolhimento das Utentes em 2022

Em gráfico:



**\*NOTA:** Quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.

### **Dados Estatísticos de Saídas em Acolhimento em 2022:**

#### **Dados Estatísticos de Saídas em Acolhimento em 2022**

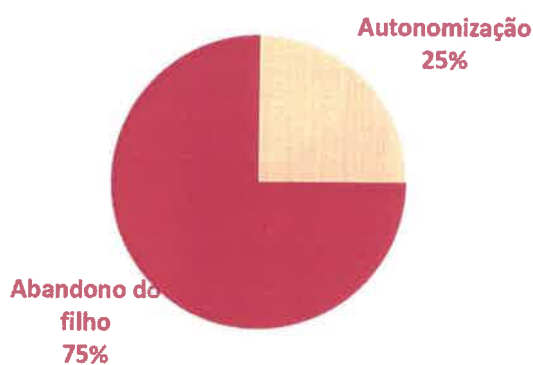
Número de Jovens que saíram do CAV 2022	4
---	---

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	3
Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais	1
<b>Total</b>	<b>4</b>



Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento em 2022	
Saída da Instituição por autonomização (acompanhada da filha)	1
Saída da Instituição por ser maior de idade e não querer permanecer – abandonou o filho	3
<b>Total</b>	<b>4</b>

### Em gráfico



Motivo da Saída dos Utentes em 2022

### Nota reflexiva final...

Apesar de no final do ano de 2022 o Centro de Apoio à Vida Florescer apenas acolher um agregado familiar, ao longo do ano foram existindo acolhimentos.

Ocorreu uma saída programada para autonomização, tendo a criança acompanhado a sua mãe que concluiu o 12º ano de escolaridade e arranhou emprego como auxiliar de ação direta numa Estrutura Residencial para Idosos na sua área de origem (Concelho de Alijó). Esta utente e a sua filha saíram do CAV após 5 anos de acolhimento, para irem residir junto da família alargada por decisão da CPCJ de Alijó.

As outras entradas e saídas, infelizmente não deram oportunidade ao CAV para desempenhar o seu papel de fomentar a relação mãe-bebé, pois foram acolhimentos de jovens mães, maiores de 18 anos, (o que implica que não houve aplicação de medida de promoção e proteção às mães, mas apenas aos bebés), pelo que face às regras e rotinas obrigatórias para o bom funcionamento de qualquer instituição optaram por sair, de forma livre e totalmente esclarecida, mesmo não reunindo condições para se fazerem acompanhar pelos seus filhos, o que culminou no abandono dos filhos. De referir que estes bebés foram todos transferidos para o Lar-Escola Florinhas da Neve, de forma a não mudarem de cuidadores, e diminuir-lhes o impacto da saída da progenitora.



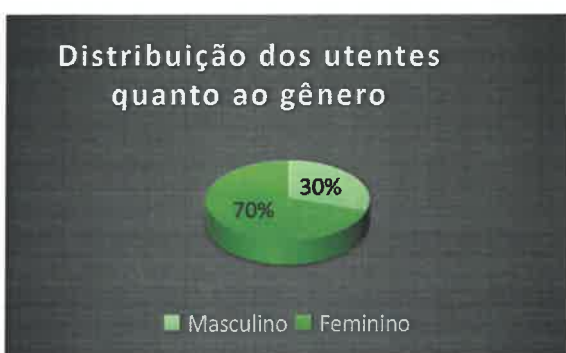
## 6.2 Terceira Idade

### Residenciais

#### 6.2.1 ERPI - Lar da Imaculada Conceição da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

O Lar da Imaculada Conceição da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real foi inaugurado em 1987 tendo atualmente capacidade para acolher 58 utentes com acordo de cooperação para o setor social e solidário e 8 utentes em regime de extra acordo. Ao longo destes anos vem cumprindo a sua missão de responder às necessidades individuais ao nível de alojamento, alimentação, saúde, higiene e conforto pessoal.

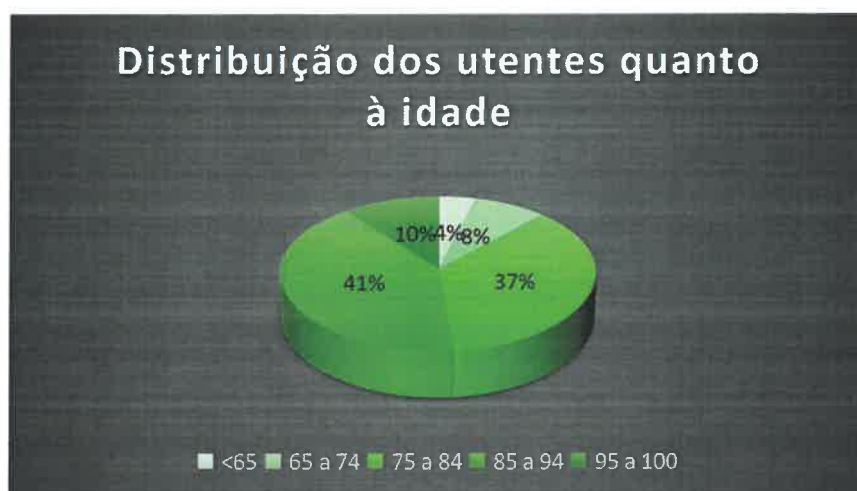
Durante o ano de 2022, integramos um total de 76 utentes. Ao nível da distribuição dos utentes por sexo há um predomínio de utentes do sexo feminino com um total de 53 utentes mulheres (70%) e 23 utentes homens (30%).



Gênero	Total
Masculino	23
Feminino	53

Relativamente à distribuição por faixa etária verifica-se que há um predomínio de utentes com idades entre os 85 e os 94 anos, o que denuncia uma população cada vez mais envelhecida e dependente de cuidados, como podemos comprovar no seguinte gráfico.

Idade	Total
<65	3
65 a 74	6
75 a 84	28
85 a 94	31
95 a 100	8





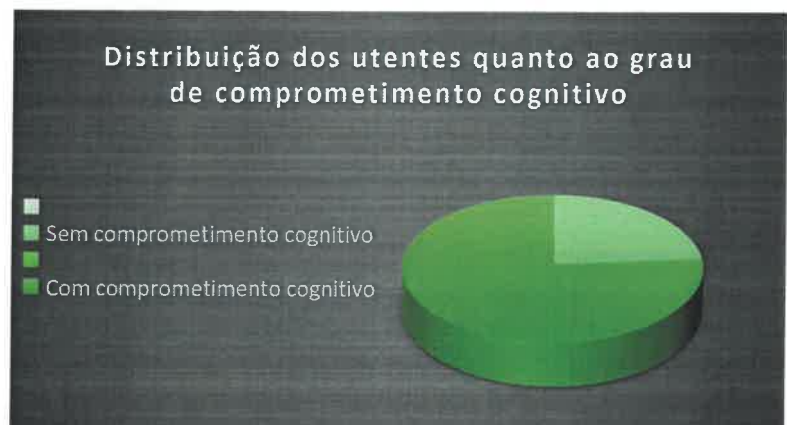


No decorrer da integração dos utentes é aplicado o índice de Barthel para medir o grau de assistência exigido por um idoso em 10 itens de atividades de vida diária, envolvendo mobilidade e cuidados pessoais. São eles: alimentação, banho, higiene pessoal, vestuário, controlo dos esfíncteres intestinal, controlo miccional, transferências na cama e casa de banho, deambulação e subir escadas. A pontuação global varia de 0 a 100 (soma dos itens classificados em 5, 10 e 15 pontos, conforme independência ou necessidade de ajuda para executar a atividade). Na sequência da aplicação do Índice de Barthel verificamos que a maioria dos nossos utentes apresenta grande dependência. A par da dependência física apresentam comprometimento cognitivo.



Autonomia	Total
Independente	8
Dependência escassa	9
Dependência moderada	13
Dependência severa	27
Dependência total	19

Estado Cognitivo	Total
Sem comprometimento cognitivo	18
Com comprometimento cognitivo	58





Ainda que com pouca diferença, a maioria dos nossos utentes estão no lar há menos de 5 anos, de salientar que 12 utentes estão connosco há mais de 10 anos. Felizmente, hoje em dia, tem vindo a instalar-se um novo olhar sobre esta problemática, procurando que os anos passados pelos idosos nas instituições, e que são cada vez mais, sejam sinónimo de qualidade de vida. (ver gráfico seguinte).

Tempo de permanência	Total
>10 Anos	12
Entre 5 e 10 anos	16
Menos de 5 anos	30
Menos de 1 ano	18



Uma das missões do Lar Imaculada Conceição é promover a continuidade e fortalecimento dos laços familiares, diligenciando para que os familiares/ cuidadores não esqueçam os seus deveres em relação aos idosos.

Em relação às visitas feitas aos nossos utentes e tendo em conta as diretrizes da Direção Geral de Saúde relativamente às regras para visitas no contexto da atual Pandemia, que permite pelo menos uma visita por semana, verificamos que a maioria dos utentes recebe visitas semanalmente.

Apesar de todos os esforços feitos, entristece-nos verificar que há 28% de utentes que raramente/ nunca recebem visitas, embora tenhamos verificado um aumento no número de visitas que ocorrem semanalmente.

Presença de visitas	Total
Ocasionalmente/Nunca	21
Mensalmente	19
Semanalmente	36





## 6.2.2 ERPI - Lar Hotel

O Lar Hotel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real foi inaugurado a 27 de Junho de 2003 e o seu primeiro utente deu entrada a 14/08/2003. Ao longo dos anos vem cumprindo a sua missão de lar, proporcionando aos seus utentes alojamento e serviços contribuindo para a manutenção do seu bem-estar e essencialmente da sua autonomia.

Desde que abriu e até 31 Dezembro 2022 deram entrada no Lar Hotel 165 utentes e verificou-se a saída de 133, valores que podem ser verificados no gráfico seguinte:

### Distribuição de utentes segundo entrada/saída por anos

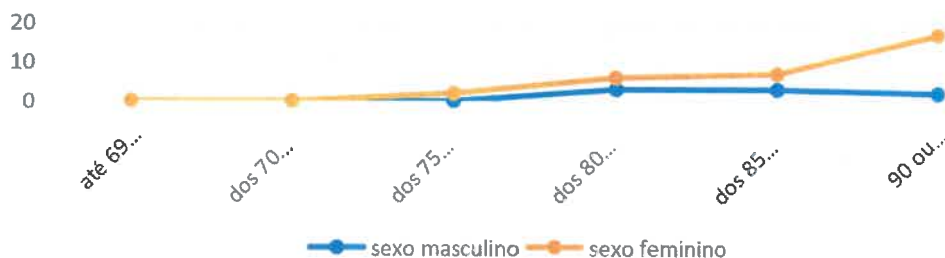


#### Considerações mais relevantes:

Durante o ano de 2022 deram entrada no Lar Hotel 17 utentes e verificou-se a saída de 10 utentes. De salientar que 7 destas saídas respeitam a internamentos temporários com saída devidamente prevista contratualmente. A 31 de Dezembro de 2022 o Lar Hotel contemplava 32 utentes residentes.

A média de idades dos utentes residentes é de 88,5 anos o que, à semelhança dos anos anteriores, denota uma população envelhecida e conseqüentemente mais débil e dependente. A sua distribuição por faixa etária corresponde à apresentada no seguinte gráfico.

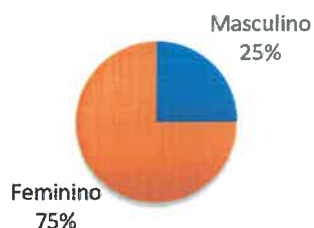
### Distribuição dos utentes por faixa etária





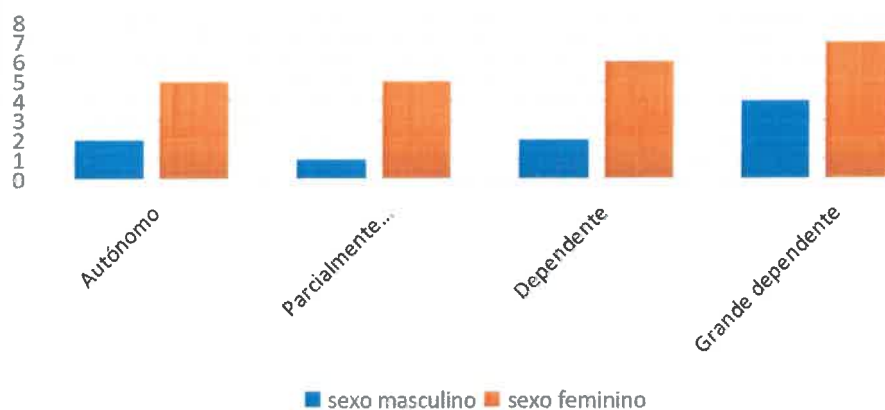
Ao nível da distribuição de utentes segundo sexo apresenta-se um predomínio de utentes do sexo feminino, como vem sendo habitua, ao longo dos anos de funcionamento do Lar Hotel, sendo que 75% dos utentes são do sexo feminino e 25% do sexo masculino.

### Distribuição dos utentes por sexo



Relativamente ao grau de autonomia podemos referir que 7 utentes são autónomos para a realização de atividades de vida diária; 6 utentes estão parcialmente dependentes necessitando de apoio/ ajuda na execução de algumas tarefas; 8 utentes estão dependentes necessitando de ajuda para a execução de várias tarefas/ atividades de vida diária nomeadamente locomoção, cuidados de higiene, conforto e imagem, entre outros, e 11 utentes estão completamente dependentes necessitando de ajuda para o desenvolvimento de todas as atividades de vida diária.

### Distribuição de utentes por grau de dependência



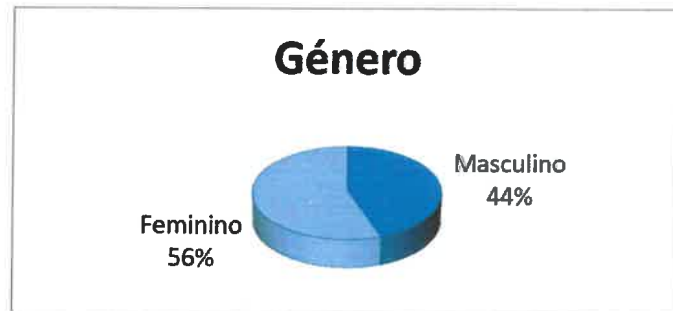


## 6.3 Não Residenciais

### 6.3.1 Serviços de Apoio Domiciliário

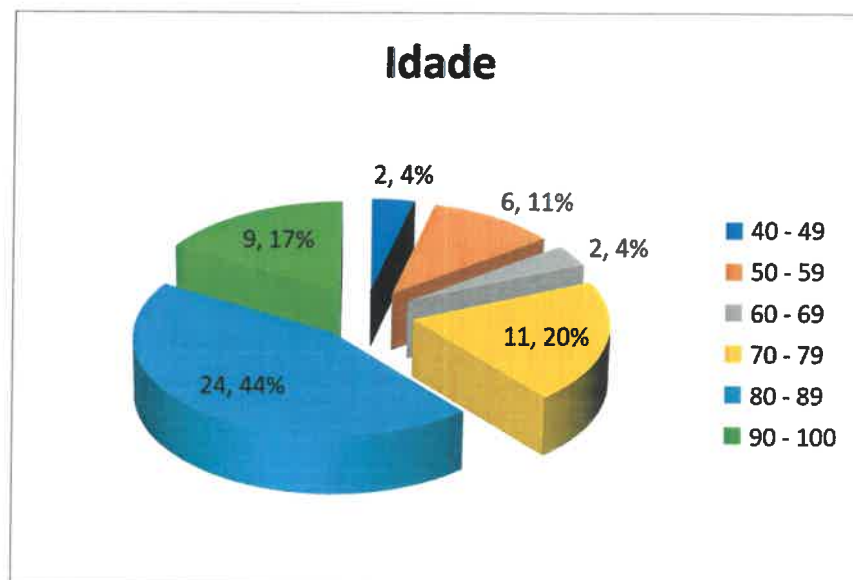
Caracterização dos utentes quanto ao género:

Género	Total
Masculino	24
Feminino	30



Caracterização dos utentes quanto à idade:

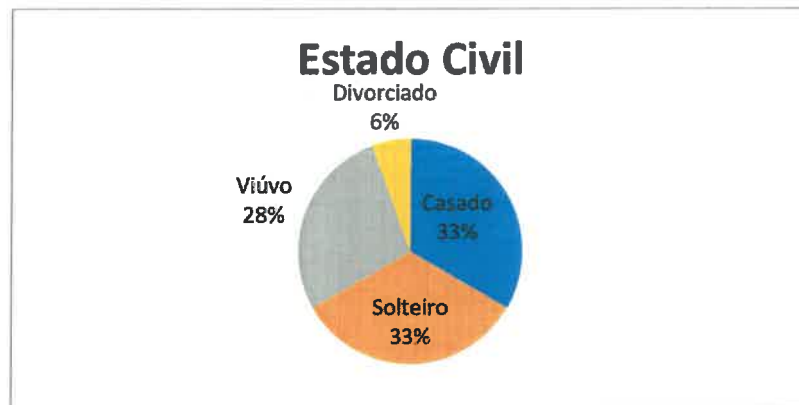
Idade	Total
40 - 49	2
50 - 59	6
60 - 69	2
70 - 79	11
80 - 89	24
90 - 100	10





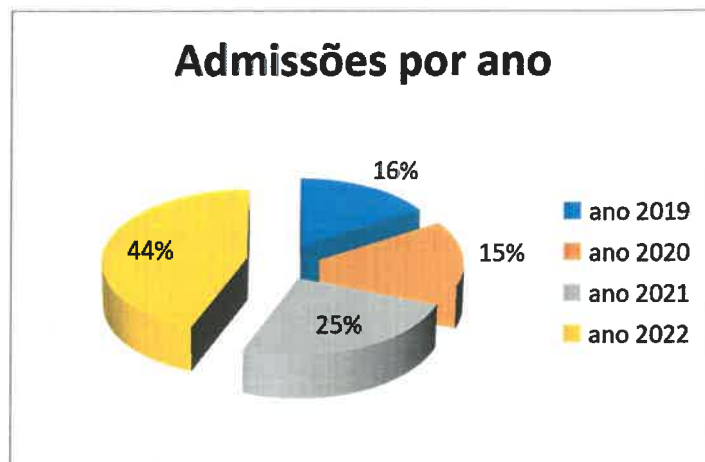
### Caracterização dos utentes quanto ao estado civil:

Estado Civil	Total
Casado	18
Solteiro	18
Viúvo	15
Divorciado	03



### Número de admissões por ano:

Ano de admissão	Nº de utentes
2019	11
2020	10
2021	17
2022	30



### Número de utentes por serviço:

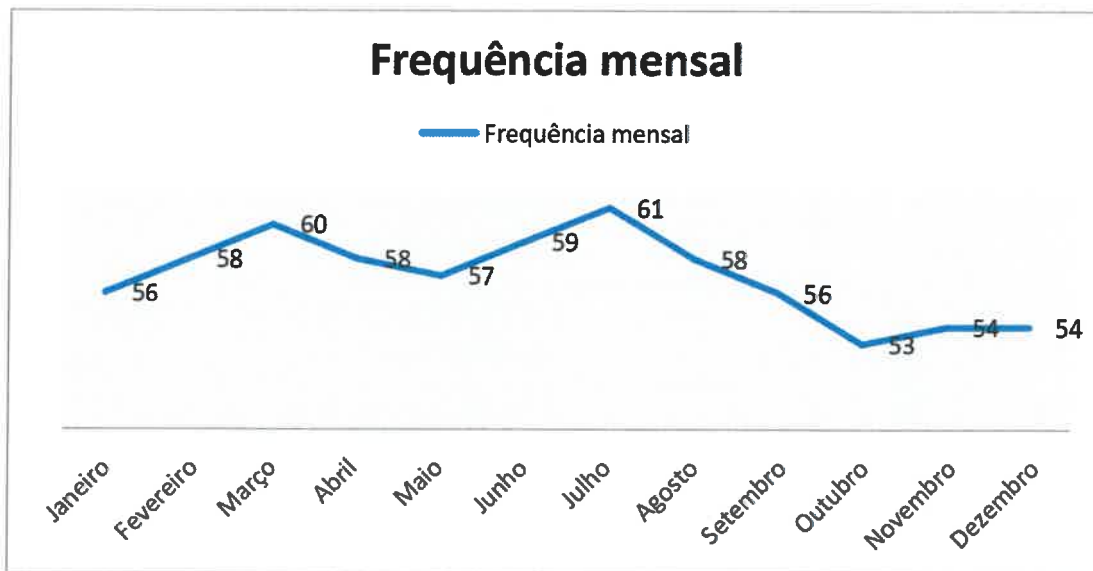
Serviços	Total
Higiene pessoal	20
Higiene habitacional	24
Alimentação	42
Tratamento roupa	26





### Frequência de utentes por mês (ano de 2022):

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	56	58	60	58	57	59	61	58	56	53	54	54



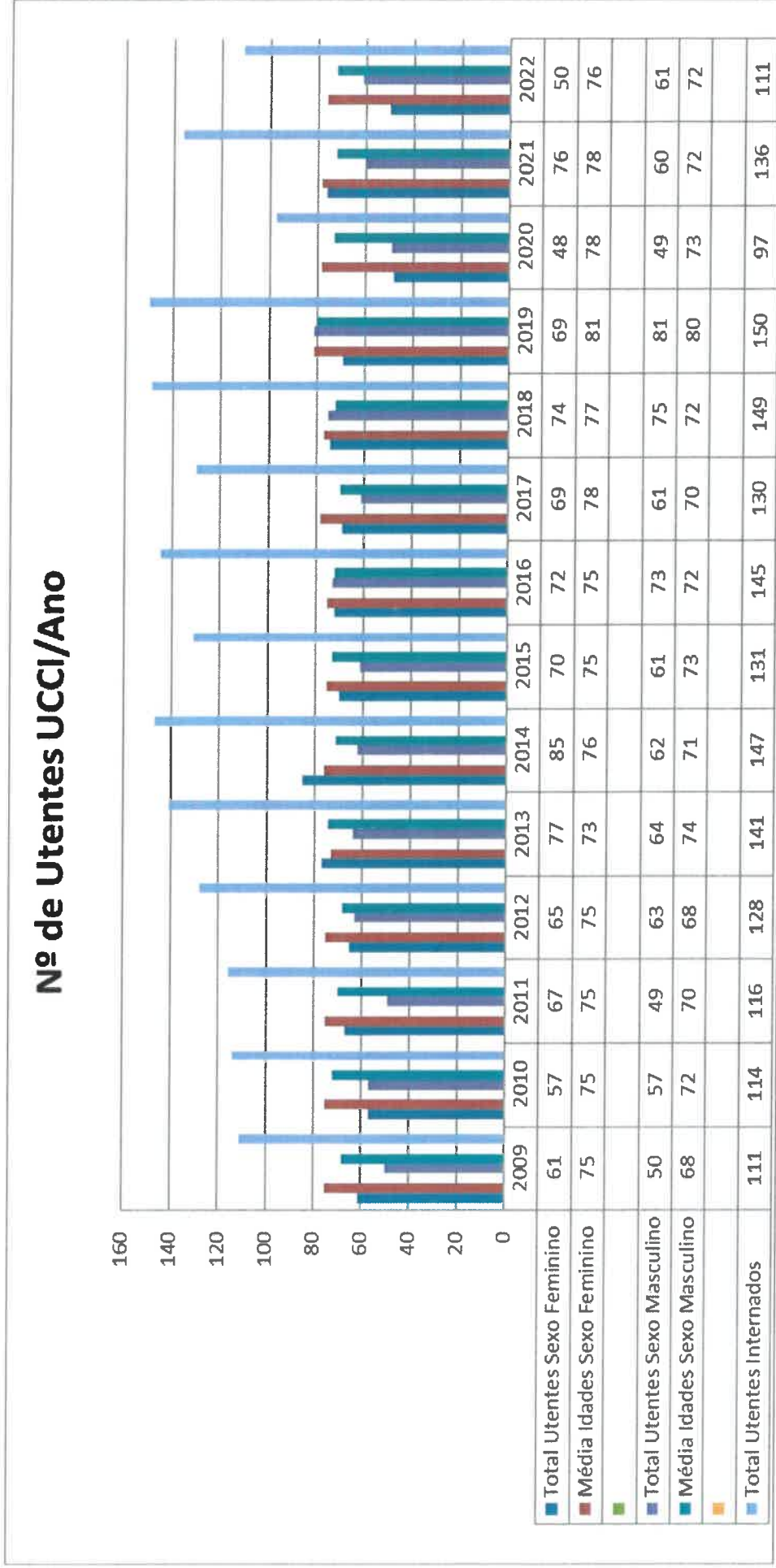
### Número de utentes por freguesia:

Freguesias	Total
Vila Real	45
Lordelo	04
Borbela	04
Mondrões	01





### 6.4 Saúde







## 6.5 Família e Comunidade

### 6.5.1. Cantina Social

A Cantina Social surge no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, promovido pelo Instituto de Segurança Social, I.P.

Foi decidido implementar uma Rede Solidária de Cantinas Sociais através de protocolos assinados com entidades consideradas representativas do sector solidário.

Este programa tem o propósito e a preocupação de atuar nas situações mais vulneráveis em termos de carência alimentar, através de uma lógica de proximidade e maximização dos recursos já existentes.

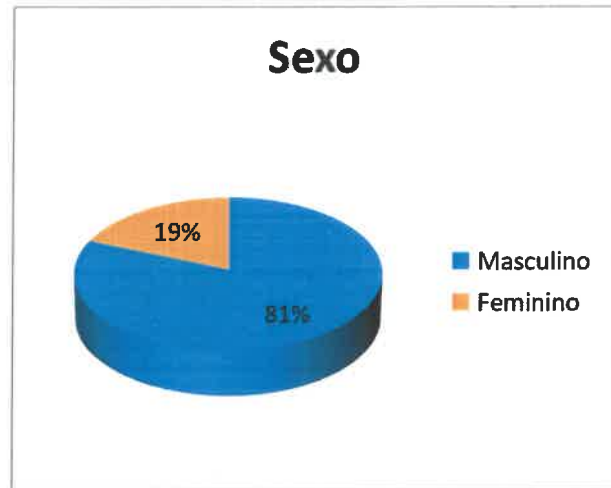
De realçar que os candidatos que pretendam beneficiar desta medida de apoio alimentar, devem primeiramente contactar com Ação Social da Segurança Social que irá efetuar uma avaliação da situação socioeconómico, ou podem ser encaminhados pela Equipa de RSI, quando beneficiários da mesma.

Este protocolo permitiu à Santa Casa da Misericórdia de Vila Real distribuir em 2022 aproximadamente 21 refeições diárias para consumo no domicílio.

MÊS	MASCULINO	FEMININO	ACESSO GRATUITO	ACESSO NÃO GRATUITO	DOMICILIO	INSTITUIÇÃO	Utentes
JANEIRO	15	4	19	0	19	0	19
FEVEREIRO	18	4	22	0	22	0	22
MARÇO	18	4	22	0	22	0	22
ABRIL	16	4	20	0	20	0	20
MAIO	17	4	21	0	21	0	21
JUNHO	17	4	21	0	21	0	21
JULHO	19	4	23	0	23	0	23
AGOSTO	18	4	22	0	22	0	22
SETEMBRO	17	4	21	0	21	0	21
OUTUBRO	17	4	21	0	21	0	21
NOVEMBRO	16	3	19	0	19	0	19
DEZEMBRO	17	4	21	0	21	0	21
MÉDIAS	17	4	21	0	21	0	21



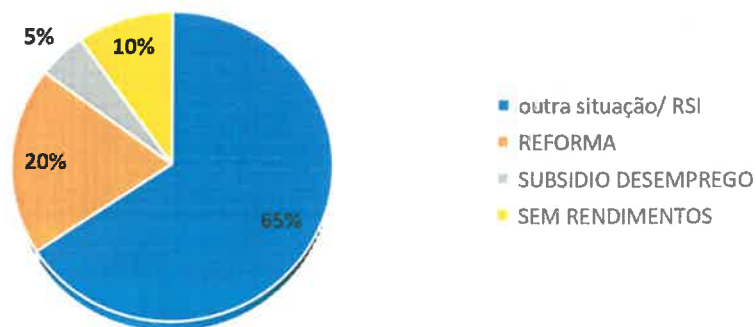
MÉDIA ÚLTIMOS 3 MESES 2022			
Domicílio	21	Masculino	17
Instituição	0	Feminino	4



### Fonte de Rendimentos

	outra situação/ RSI	REFORMA	SUBSIDIO DESEMPREGO	SEM RENDIMENTOS
MÉDIAS	13	4	1	2
OUTUBRO	14	4	1	2
NOVEMBRO	12	4	1	2
DEZEMBRO	14	4	1	2

### Fonte de rendimentos





## Agradecimentos:

Por detrás da realidade deste Relatório e da frieza destas Contas, estão os sentimentos e o calor de pessoas ou Instituições às quais devemos manifestar o nosso reconhecimento e queremos aqui enaltecer:

Pedindo desculpa para qualquer omissão, ou falha nas precedências, queremos nomear:

- 1 – O nosso Bispo, Senhor D. António Augusto Azevedo, pela sua disponibilidade para participar nas nossas celebrações festivas, animando-nos, com a sua presença, a prosseguir a nossa caminhada de bem fazer;
- 2 – A Câmara Municipal de Vila Real por nos conceder, como às IPSS, um desconto de 30% sobre o valor do consumo da água, s/IVA, através do Programa PROMAIS;
- 3 – O Tribunal de Família e Menores que, manifestando confiança na nossa capacidade e disponibilidade, nos confiam as vítimas desta sociedade;
- 4 – O Centro Hospitalar e o Centro de Saúde: com tantos idosos e tantas crianças ... os médicos, enfermeiros, auxiliares de ação médica e outros bem merecem este destaque especial pelo cuidado, também especial, com quem os acolhem ou tratam;
- 5 – O Centro Distrital de Segurança Social, isto é, os seus funcionários, em especial os que nos ajudam a fazer bem e a servir melhor;
- 6 – Os Utentes e Familiares, que se confiaram aos nossos cuidados, pela compreensão dos nossos esforços e desculpa para as nossas falhas;
- 7 – A Mesa da Assembleia Geral, nas pessoas do seu Presidente, o Irmão Pedro Ramos, os seus Secretários, os Irmãos Joaquim Sabino e Eduardo Baptista da Silva, sempre atentos, sempre disponíveis na nobre missão de consubstanciar a Irmandade;
- 8 – Os Irmãos Daniel Bastos, Rogério Fernandes, Hélder Oliveira e o Agostinho Quintelas, os membros efetivos do Definitório/Conselho Fiscal, pelo entusiasmo que nos comunicam no prosseguimento dos rumos definidos;
- 9 – A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, particularmente os indefetíveis Irmãos que, mais de perto, nos acompanham com a sua presença nas Assembleias, apreciando, discutindo as propostas, os Planos e/ou Relatórios, mas também os que, não concordando com este rumo, nos ajudem a fazer melhor;
- 10 – Os Mesários, que são o rosto visível da Instituição, e são o coração de toda a atividade, pela sua presença próxima, diária, abnegada, desinteressada de benesses ou de honras. E englobam-se,



nesta referência, os seus familiares mais próximos, os que sofrem as consequências de tanta doação;

11 – Os nossos Recursos Humanos que na ordem do “fazer”, deveriam ser os primeiros. Desde os menos aos mais graduados, são os indispensáveis pois, sem eles, nós não seríamos o que somos;

12 – No número anterior, estão incluídos os colaboradores da Secretaria. Mas é devida uma referência especial aos que arcaram com a responsabilidade de coligir estes números, alinhá-los e apresentá-los nesta brochura: a Técnica Oficial de Contas, Dra. Susana Pereira, e o Tesoureiro;

13 – Todos os benfeitores – em géneros de qualquer espécie e/ou numerário, alguns deles anónimos, e também os que, de qualquer maneira, apoiam esta atividade.

Ao terminar, cumpre-nos agradecer a todos, pedindo desculpa a quem foi ignorado ou esquecido. De forma alguma quisemos discriminar ou desconsiderar.